

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A PIRATARIA CONTEMPORÂNEA

BRUNO DEPIZZOLATTI

FLORIANÓPOLIS

2009

BRUNO DEPIZZOLATTI

A PIRATARIA CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção da conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

FLORIANÓPOLIS

2009

BRUNO DEPIZZOLATTI

A PIRATARIA CONTEMPORÂNEA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

UFSC

Prof(a). Marialice de Moraes

UFSC

Prof. Lairton Marcelo Comerlatto

UFSC

FLORIANÓPOLIS

2009

RESUMO

Estudo sobre o tema de pirataria, buscando entender a origem da atividade e suas características para uma posterior compreensão da forma que assume hoje. O estudo é feito com base no histórico da atividade, uma análise da atividade inserida em um contexto sociocultural através de processos como virtualização das atividades humanas e mudança de ambiente por consequência do processo de globalização. É dado também destaque ao papel da internet nesse contexto e ao perfil dos usuários. Posterior desenvolvendo o trabalho é trazido o tema da pirataria para os nossos dias, indo desde o contrabando de mercadorias até a violação de direitos de propriedade intelectual.

ABSTRACT

Study about the theme of piracy, search to understand the origin of the activity and his own characteristics for a later comprehension of the shape that has today. The study has a base on a historical background of the activity, an analysis of the activity inserted in social and cultural background through process like virtualization of human activities and a change in the environment as a consequence of the process of globalization. Also gives a look to the role that internet assumes in the context today and the profile of the users. Later using this previous work is brought the theme of piracy to our present days, going through contraband of products until the violation of rights of intellectual property.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 A PIRATARIA NO MOLDE CLÁSSICO.....	2
1.1 Da História.....	3
1.2 Caracterização dos Piratas	11
1.2.1 Freebooters	11
1.2.2 Corsários (privateers).....	12
1.3 A pirataria do ponto vista econômico.....	13
2 A VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS	16
3 GLOBALIZAÇÃO.....	21
3.1 O Mercado de Capitais	23
3.2 A Gestão	25
3.3 A tecnologia.....	26
3.4 Contraponto	27
4 A INTERNET	30
4.1 Um pouco da História	31
4.2 A internet e as empresas	33
4.3 O trabalho na Economia Eletrônica	34
4.4 As transações	36
4.5 Uso e relações sociais.	38
5 DA PIRATARIA	44
5.1 Pirataria clássica e pirataria moderna	45
5.2 A globalização e a pirataria	47
5.3 Os processos de virtualização e a pirataria	50
5.4 A internet e a pirataria	52
5.5 Frentes de Combate.....	53
6 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

O termo em que é apoiado este trabalho é a pirataria. A escolha se deve pelo fato de o tema ser atual, apesar de a atividade existir há alguns séculos. É um assunto que aborda diferentes esferas – como a econômica, social e política – e afeta o nosso cotidiano.

Atualmente, o termo pirataria diz respeito ao processo de cópia e/ou distribuição não autorizada de artigos resguardados por direitos autorais. Esses artigos podem incluir os mais diferentes tipos, como roupas, softwares, animais silvestres, entre muitos outros.

A questão do trabalho é encontrar uma forma de entender melhor a relação entre a pirataria antiga, desde o seu surgimento, até o molde que assumiu hoje. A pirataria de cinco séculos atrás não é a mesma, assim como o mundo da época tampouco lembra o de hoje.

Para tanto, buscou-se fazer um trabalho apoiado em uma bibliografia que contasse a origem e a história da pirataria, abordando mudanças que ocorreram no ambiente até os dias atuais. São cinco capítulos, sendo o primeiro uma perspectiva histórica da pirataria clássica, sua origem e peculiaridades. O segundo capítulo trata da questão dos processos de virtualização (ou desmaterialização) do trabalho aplicado à matéria física, depois a processos virtuais. O terceiro aborda a globalização, sua composição e suas influências, hoje, no tema pirataria. O quarto capítulo é exclusivamente dedica à internet: um pouco da história da rede, dos usuários e do papel que assume nos dias atuais. O quinto capítulo, por fim, trata da pirataria contemporânea, buscando uma ligação entre ela e a pirataria de molde clássico. Isso é feito com apoio no raciocínio dos capítulos anteriores.

1 A PIRATARIA NO MOLDE CLÁSSICO

Este capítulo tem como objetivo uma análise histórica da pirataria, não remetendo a uma cronologia crescente, mas a características da pirataria tentando descrever o meio que a cerca, retomando peculiaridades de diferentes períodos. A pirataria que, no sentido clássico, é entendida como:

(...) agressão ilegal e armada em pontos de tráfego marítimo que são importantes, mas sob fraco controle político. A agressão é cometida pelo marginal que busca se apropriar de bens do mais rico, ou por recém-chegados que desejam forçar seus caminhos por uma rota preexistente. Essa descrição elementar nos fala sobre pilhagem e ilegalidade; fala-nos sobre causas e motivações imediatas. (PENNEL, 2001, p.25)¹

Esse levantamento abrange características da pirataria ao longo da história e nas suas diferentes formas. A atividade, em seu conceito clássico, tem a mesma atribuição para períodos diferentes, na forma de diferentes nomes – assim como os indivíduos ligados a ela ao longo da história são chamados piratas, corsários (versão francesa dos *privateers*), bucaneiros (do inglês *bucaneer*), caçadores de recompensa e até mesmo, em alguns casos mais específicos, de exploradores e naturalistas. Os termos variam de acordo com a época, com as bibliografias sobre o assunto e as características peculiares desses indivíduos.

Como em praticamente todos os livros e documentários que propõem um estudo histórico e analítico sobre piratas e pirataria, é necessário desconstruir a imagem do pirata a exemplo dos apresentados em filmes como “Piratas do Caribe”, na figura de um personagem galante e fanfarrão, ou dos clássicos da literatura, como Peter Pan e Capitão Gancho, na figura do próprio capitão, e talvez a mais famosa novela sobre piratas, “The Treasure Island”, escrita por Robert L. Stevenson, que criou o grande personagem Long John Silver. Essa imagem do pirata é de figuras que tendem ao exótico. Não que a vida de pirata fosse comum, mas também não era como a apresentada nas ficções. Pernas de pau, gancho nos lugares da mão, perucas, grandes chapéus, papagaio no ombro (embora o papagaio realmente fosse o

¹ (...) illegal and armed aggression at points of maritime traffic that are important but under weak political control. The aggression is committed by the marginal who seek to appropriate the wealth of the more affluent, or by newcomers desiring to force their way into a preexisting trade routes. This elementary description tells us about plundering and illegality; it tells us about immediate causes and motivations. (PENNEL, 2001, p.25)

suvenir preferido daqueles que iam ao Caribe), além da prática costumeira de enterrar tesouros pilhados em ilhas desertas.

Essa romantização dos piratas acontece pela literatura do século XVII, construindo uma imagem fantasiosa, de figuras lendárias maiores que a realidade. O sucesso dessa romantização ocorre justamente por explorar a ideia de indivíduos à margem da sociedade, fora dos padrões comuns, como ocorre com outras figuras hoje, passando um sentimento de fuga da realidade, um escapismo. Outro ponto de vista dessa atração é o caráter rebelde do pirata, que é um fora-da-lei e por isso se diferencia da sociedade desigual da época, vivendo em um ambiente onde até mesmo escravos podiam se tornar membros, tendo como norteador de conduta o Código dos Piratas (variável de navio para navio), e onde todos da tripulação tinham voto em assuntos importantes como escolha do capitão, destino do navio, parte da pilhagem etc. Alguns piratas até mesmo pregavam nobres ideais como liberdade, igualdade e fraternidade.

Do ponto de vista econômico, a pirataria não tem nenhum aspecto positivo (exceto, claro, por parte dos beneficiados, os responsáveis pela pirataria), mas na esfera social e política encontra-se material para essa romantização.

A atividade da pirataria, nas narrativas históricas, não tem os benefícios apresentados nos romances. As embarcações da época tinham um ambiente péssimo, com más condições de higiene e saúde, alojamento inadequado a todos os tripulantes, quantidade limitadíssima de alimento, instabilidade de rotina. A subsistência dos tripulantes vinha daquilo que se conseguia pilhar/saquear.

As tripulações de embarcações piratas eram formadas, essencialmente, por pessoas excluídas da sociedade, indivíduos arruinados economicamente, fugitivos da justiça. Geralmente as embarcações piratas se refugiavam em lugares próximos às rotas de comércio, locais protegidos mas desertos, como baías ou ilhas ao longo das costas.

1.1 Da História

Sobre a história da pirataria, o primeiro relato foi escrito por Homero, na Grécia Antiga, em sua obra *Odisséia*. Ele usa o termo “pirata” para aqueles que pilhavam navios e cidades costeiras.

Os povos gregos praticavam a pirataria. Atuavam sobre mercadores fenícios e assírios desde pelo menos 735 a.C. Na Idade Média a atividade passou a ser praticada pelos normandos, que atuavam principalmente nas ilhas britânicas, costa francesa e Império Germânico, mas chegavam a navegar até o Mediterrâneo e o Mar Morto. Também os muçulmanos praticaram a pirataria, que ocorreu, ainda, no Oriente (praticada por indígenas, em caráter mais local) e em grandes potências marítimas, como China e Japão.

São poucos os relatos da atividade nos mares na Antiguidade, pois é durante a Segunda Onda de Expansão Comercial Européia, entre 1880 a 1940, que há uma evolução na historiografia da pirataria e atividades relacionadas. A expansão comercial compromete a pirataria indígena (ou seja, toda a atividade não-ocidental). Assim são impostos os valores europeus, da crença no progresso da civilização. Para alguns historiadores franceses tudo isso equivale a uma “missão civilizadora” nos mares.

Mais precisamente sobre a história da pirataria e da expansão comercial européia, são citados três períodos em que a pirataria ganha força – por diferentes causas e, conseqüentemente, com características diferentes. Esses períodos até mesmo se interpõem.

O primeiro período compreende os anos de 1520 a 1650, quando os povos Iberos (Espanha e Portugal) declaram que piratas são todos os povos ocidentais em conflito com suas respectivas expansões imperiais. Essa imposta pirataria ocorria principalmente entre as rotas no Atlântico para as Américas, onde se encontravam piratas na maioria ingleses e franceses, mercadores que ousavam romper a barreira do monopólio comercial de Portugal e Espanha.

O segundo período de crescimento da pirataria é subdividido em dois períodos menores, sendo o primeiro de 1660 a 1720. Trata dos casos da França e da Inglaterra, do estabelecimento de comércio próprio e poder colonial, da luta contra os piratas cosmopolitas que desafiavam as novas regulações comerciais impostas pelos dois países. Uma característica importante desse período foi a utilização do poder do Estado no combate à pirataria, através dos instrumentos legais do aparelho estatal, como o uso da punição ou o perdão, assim como tolerância ou regulação, estabelecendo de certa forma os limites em que o Estado operava.

No segundo sub-período, 1714 a 1750, ressurge o confronto às hegemonias estabelecidas. Contrabandistas resistem à tentativa espanhola de reimpôr controle sobre rotas comerciais e redes de comércio, acabando por se transformar em piratas à medida que ocorre um enfraquecimento político espanhol.

O terceiro episódio é, na verdade, um ciclo maior, que abrange os outros dois. Resulta dos conflitos entre os povos europeus e não-europeus, de 1500 em diante. São conflitos entre os povos da Europa e as populações indígenas locais, principalmente os indígenas situados no Oceano Índico, onde os europeus encontravam resistência armada. Exemplo desse confronto foi a tentativa portuguesa, no século XVI, de impor o monopólio sobre o comércio de pimenta na Índia, a partir do que tratavam o povo da região de Malabar (costa ocidental da Índia) como piratas.

Um outro ponto de vista de análise da pirataria clássica pode ser quanto à sua forma de origem. Pennell (2001) em seu livro a classifica em três categorias, parasítica, episódica e intrínseca.

A pirataria na forma parasítica, a mais comum historicamente, é uma analogia ao parasitismo. Quando o comércio dos mares está em expansão é deste movimento que a pirataria cresce. Porém, à medida que é percebido este crescimento, os comerciantes buscam medidas para proteger suas mercadorias e rotas. Esse maior comércio proporciona um melhor custo-benefício nas defesas de suas embarcações, por se ter mais carga e/ou maior frequência nas transações, resultando num ganho de escala. Se antes se armavam alguns indivíduos das embarcações comerciais, até certo ponto limitadas quanto à capacidade de combate, com o aumento das transações passou a ser possível contratar uma embarcação especializada em combate, com armamentos e tripulação de maior capacidade de enfrentamento dos piratas.

Mas não somente as atividades oficiais contam com os ganhos de escala. O ciclo da pirataria também se beneficia destes ganhos, conforme os indivíduos se organizam e tem sucesso em suas atividades. Os pequenos grupos que iniciam a atividade utilizam pequenas embarcações. São formados por indivíduos motivados a fugir da pobreza ou a alcançar uma oportunidade que se apresenta. Conforme o êxito do grupo, ele poderá dispor de maiores e/ou melhores embarcações, melhores armas, mais indivíduos e maior organização. A formação de um grupo com certo status e poder dependerá principalmente do sucesso das suas investidas, enquanto a derrota levará o grupo a cisões ou ao desaparecimento.

Em ambos os casos, para atingir um último nível, tanto na pirataria parasítica como no lado dos comerciantes (ou na defesa do comércio), é necessário que cada lado busque alianças com uma sociedade que o legitime, o apóie. No caso dos comerciantes, essa aliança poderá proporcionar maior disponibilidade de recursos e equipamentos, fazendo com que o maior sucesso nas empreitadas comerciais gere mais lucro, possibilitando negócios maiores e, com frequência, expansão dos limites do comércio. No caso dos piratas, a aliança com uma sociedade os levariam a ser pagos e autorizados a atacar e saquear navios de inimigos desta

sociedade. Esses inimigos podem ser tanto nações ou sociedades rivais comerciais como simplesmente navios alheios a ela. Nesse caso, os piratas viravam uma força mercenária, sendo absorvidos por um mundo que antes os excluía.

Quando ocorre o envolvimento das sociedades e dos piratas temos caracterizada uma nova forma de pirataria – havendo até certa mistura entre dois tipos, numa forma de evolução de um para outro, do parasítico para o intrínseco, na definição de Pennell.

“Do ponto em que a predação é *de facto* or *de jure* uma parte do funcionamento fiscal ou comercial de uma comunidade organizada, poderá ser classificado como “intrínseca””. (PENNEL, 2001,p.89)²

Retomemos o assunto da integração de sociedades com elementos piratas. Essa integração ocorrerá nas esferas sociais, econômicas e políticas. Este tipo de prática surge na medida em que o termo mercantilista reflete características dos Estados mercantilistas, uma aliança em que Estado e comércio buscam benefícios das suas atividades. Os interesses comerciais são alinhados na busca de poder e riquezas à custa da perda de outras nações.

O uso dessa ferramenta levantará questionamentos quanto à identidade dessa sociedade, pois o uso de mercenários para combater inimigos se estenderá de forma a proteger o comércio da mesma ou simplesmente para estabelecer uma característica imperialista – a imposição, pela força, de suas condições. No julgamento dessa classificação de defesa de interesses comerciais ou imposição imperialista deve-se pensar o uso da violência como sendo maior que a necessária para o êxito comercial. A violência se torna característica de uma ocupação permanente.

Uma terceira versão de pirataria, com diferente origem, é denominada episódica. A própria designação do termo explicita que a origem ocorre em episódios, podendo ser estes do tipo político ou econômico. O surgimento de maior grau de pirataria teria como causa o enfraquecimento de um poder político, em escala regional ou local, devido à tendência de alguns indivíduos ou comunidades de recorrerem à pirataria. Outro caso deste tipo de pirataria episódica ocorre na interrupção ou distorção dos padrões normais de troca, pois essa

² “At the point when predation is *de facto* or *de jure* a part of the commercial or fiscal functioning of an organized community, it may be classified as “intrinsic””. (PENNEL, 2001, p.89)

interrupção do comércio levaria navios e homens à inatividade, incentivando-os a buscar alternativas de sobrevivência – como a pirataria, por exemplo. Quando estes padrões de troca são restabelecidos, a causa de origem desse tipo de pirataria desaparece, e para que a pirataria desapareça também seria necessário que aquelas pessoas que aderiram à pirataria recuperem seus antigos postos no mercado.

Um período histórico importante, já citado anteriormente, mas que merece um destaque para esse tema da pirataria, é o da Segunda Expansão Comercial Européia, pois é quando a historiografia passa a receber maior atenção, justamente pelo crescimento do comércio e da interferência da pirataria neste movimento – e também da importância de se registrar um momento em que se acreditava que o progresso da civilização havia encontrado um caminho para estender a influência européia pela via comercial. É um período marcado pelos combates do comercialismo europeu contra as piratarias indígenas (ou todas aquelas que não pertencessem à Europa e aos EUA).

É neste período que florescem algumas tentativas e ideias sobre legislações dos mares, na tentativa de estabelecer ordem e combater a pirataria. A tentativa de estabelecer uma ordem legal, um poder de policiar os mares e aplicar justiça, enfrenta um grande obstáculo, a transposição dos limites nacionais de códigos e leis. Essa tentativa de não tratar a pirataria como um problema nacional visa justamente uma visão mais abrangente da situação, pois o combate apenas àqueles crimes próximos do litoral representaria uma pequena fração da pirataria, já que esta em maior parte ocorre em águas internacionais, longe das costas dos Estados nacionais.

A pirataria levanta a questão de que tipo de poder e ordem podem ser exercidos nos mares, uma área não habitada por sociedades humanas e, portanto, não marcada por unidades políticas. Os mares caem de fato no domínio internacional; que se estabelece entre nações. Mas instituições judiciais pertencem a comunidades em terra; conseqüentemente, faltam-lhes autoridade legal para julgar crimes ocorridos nos mares. (PENNEL, 2001,p.30)

Essa aplicação (da lei internacional) é limitada por numerosos obstáculos, como o fato de que requiere cooperação voluntária de Estados que na prática recusam a se submeter à lei internacional (por exemplo, dos que descumprem as leis de guerra) porque eles percebem-na como um infringimento de sua soberania nacional. (PENNEL, 2001,p.30)³

³ Piracy raises the question of what sort of power and order can be enforced on the sea, an area not settled by human societies and therefore not carved in political units. The sea falls de facto in the international domain; it lies in between nations. But judicial institutions belong to

Mesmo em águas internacionais alguns tratados e códigos deram atenção à pirataria, especialmente porque foi nesta época que os Estados europeus começaram a autorizar e regulamentar ataques nos mares na forma de guerras privadas (*privateer wars*).

Desde a antiguidade, sempre existiu um consenso de que a pirataria deveria ser considerada *hostis humani generis* e sua investida um ataque às leis internacionais. Mas essa opinião geral não foi concretizada como uma ferramenta da lei; uma adequada ‘lei das nações’ nunca existiu. A humanidade não é portadora da lei – somente os Estados são – e não há tribunal internacional de uma entidade supranacional com poder coercivo a seu dispor para julgar seus ofensores. (PENNEL, 2001, p.30)⁴

Alguns juristas da época defendiam posições da diplomacia, pois esta, como ferramenta, não tinha poder algum devido às políticas adotadas pelos Estados neste movimento de expansão comercial dos europeus em direção a outros mercados. Alguns acreditavam que, independente dos conflitos entre nações, o comércio deveria ser um canal livre, de longa distância e sem interferência dos conflitos. Uma questão utópica pelo fato de que as nações não são legisladas por uma autoridade única. Mesmo assim houve tentativas nessa linha, a exemplo do período de hegemonia holandesa, onde o comércio permaneceu aberto e livre, salvo alguns territórios de interesse holandês em que se estabeleceu comércio monopolista. Este controle dos mares de certa forma demanda uma aceitação maior de países ou de um poderio militar grande, como no caso da potência hegemônica holandesa da época, posteriormente ocupada, no século XIX, pela Inglaterra e EUA, que possuíam grandes frotas.

land communities; consequently, they lack legal authority to judge crimes occurring on the sea. (PENNEL, 2001,p.30)

Its application (international law) is limited by numerous obstacles, like the fact that it requires the voluntary cooperation of states that in practice refuse to submit to international law (for example, the outlawing of the war because they perceive it as an infringement on their national sovereignty. (PENNEL, 2001p.30)

⁴ Since antiquity, there has been a consensus that the pirate should be considered *hostis humani generis* and his offense an attack to the law of nations. But this general opinion has not been concretized as a tool of law; a proper ‘law of nations’ never existed. Humanity is not a wielder of law – only states are – and there is no international tribunal of a supranational entity with coercive authority at its disposal to try the offenders. (PENNEL, 2001, p.30)

Mesmo nesse caso o declínio de uma potência ou o surgimento de novos conflitos impossibilitou manter esse controle, pois novas forças contestariam a nação em declínio ou, no caso de novos conflitos, não haveria condições de se manter patrulhamento em rotas mais distantes, dando oportunidade ao aparecimento de elementos piratas.

No que diz respeito à legitimidade, do poder de tratar quem é pirata ou não, existe um conto chamado O Pirata e o Imperador (The Pirate and the Emperor, por St. Augustine) relatando a captura de um pirata por Alexandre da Macedônia, onde este último pergunta “Como ousas molestar os mares?”, e o primeiro responde, “Como ousas molestar o mundo?”. Uma questão de poder, poder este que pode determinar, para uma nação ou até mesmo um conjunto de países sob o poder hegemônico, quem é pirata ou não. Se por um lado os Estados utilizam atividades relacionadas à pirataria na forma de corsários, convém a eles determinar quem de fato tem reconhecimento ou atua na ilegalidade.

Outro fator relacionado ao poder e legitimidade, citado nesta época de expansão comercial, é sobre o fator político e sua influência como resultado de decisões políticas dos Estados dominantes na época sobre o controle dos mares e o comércio. Pois é a consequência destas decisões, juntamente com o comércio, que vão gerar as condições necessárias para o surgimento da pirataria. Alguns exemplos foram as políticas dos países da Península Ibérica - Portugal e Espanha – de estabelecer monopólio, posteriormente seguidos por Grã-Bretanha e França, a tentativa dos holandeses de deixarem os mares livres e abertos à circulação de mercadorias, ou de eliminar os europeus que resistiam ao controle ou rivais no comércio. Uma frase que exprime muito bem esse tipo de pensamento é: “O prêmio é econômico, mas, como fenômeno histórico, a dinâmica criada é política” (PENNELL, 2001, p. 98).

Citando novamente a relação do comércio e da expansão européia no século XVI, a visão que se tem entre o comércio e o uso da força é a de que as duas são de certa forma incompatíveis. Na verdade, nesse período o uso da força pelos Estados era de certa forma necessário, justamente pelas características dos mesmos, na busca por novas rotas de comércio e novos mercados, da necessidade de defesa em longas viagens ou em negociações que requeriam força ou a ameaça de se usar a força. Esses dois elementos presentes apresentam uma divisão fina entre ilegalidade e legalidade, notando que a forma predatória e agressiva do comércio, de guerra e comércio, apresenta as características de pirataria.

O comércio armado nesse período, séculos XVI e XVII, foi tão importante quanto o comércio do tipo pacífico. Ambos provocaram conflitos, assim como contato (choque) entre culturas. Essa expansão do comércio de tipo agressivo nos mares deve-se ao encontro de

diferentes Estados mercantes, alguns em processo de formação e expansão e outros em processo de perda da sua dinâmica e influência.

Para exemplificar este tipo de conflito durante o século XVI, o comércio entre Portugal e Índia era feito de forma que Portugal utilizava de agressividade via imposição naval para estabelecer-se com características monopolísticas, confrontando os comerciantes ao longo dos mares indianos, principalmente os locais que resistiam a este movimento português, acusando-os de praticar pirataria. Surge novamente a questão do poder decisivo de quem teria legitimidade ou não.

Cresce o poder do Estado e o Estado em si, que ganha maior organização e controle, principalmente no comércio. Assim os piratas acabaram por não participar da dinâmica de formação destes Estados, não eram mais elementos úteis. Com a participação do Estado cresciam as forças navais, não sendo necessário incorporar elementos de risco como piratas. Ilustra Pennell (2001).

“Piratas são agora condenados a permanecerem piratas, ao invés de evoluir em direção à criação de um estado marítimo. Se isso foi chamado de pirataria, foi também um aspecto de dinâmica política dessa parte do mundo.” (PENNEL, 2001, p.39)⁵

Junto com este movimento de exclusão da pirataria na dinâmica da criação dos Estados, a literatura da época, influenciada por esse movimento de exclusão, passa a tratar da pirataria de forma mais severa. Ela é descrita como uma praga social da época.

“O pirata destrói todo governo e toda ordem, por quebrar todos aqueles nós e laços que unem pessoas em uma sociedade civil sob qualquer governo. O pirata é bárbaro e anti-social, e por isso deve ser destruído.” (PENNEL, 2001, p.40)⁶

⁵ “Pirates were now condemned to remain pirates, instead of evolving toward the creation of a maritime state. If this has been called piracy, it was also an aspect of political dynamics of this part of the world.” (PENNEL, 2001, p.39).

⁶ “The pirate destroys all government and all order, by breaking all those ties and bonds that unite people in a civil society under any government. The pirate is barbarous and antisocial, and must be therefore destroyed.” (PENNEL, 2001, p.40)

Este movimento literário coincide propositalmente com a nova política comercial, que buscava apoio na opinião pública, principalmente contra os piratas ingleses e franceses. Essa nova política comercial era sustentada nas economias agrícolas, a cultura de produtos agrícolas mais comercializados. As ilhas, anteriormente centros cosmopolitas frequentados por piratas, se transformam em colônias agrícolas de exportação ligadas à metrópole.

O papel do Estado faz com que ele assuma o controle do comércio de longa distância das commodities agrícolas, que eram produzidas e comercializadas. Os comerciantes passam a deixar as armas e a aceitar que o Estado cuide da proteção do seu comércio em troca de taxaço e regulaço. Os mercantes das colônias utilizavam de sua influência para que se excluíssem estrangeiros no comércio entre colônia e metrópole – visavam aí reter poder de monopólio.

A repressão da pirataria passa a assumir uma forma mais eficiente, atingindo uma esfera maior. Na medida em que o Estado atraía os mercantes para sua órbita, oferecendo maior lucro e segurança no comércio do que sem sua participação, ele pode formar blocos políticos maiores, hostis aos piratas e a favor de sua repressão.

1.2 Caracterização dos Piratas

1.2.1 Freebooters

Uma modalidade da pirataria, que ocorre de acordo com as variaçoes de bibliografia e referências históricas, é denominado “freebooter”. Os “freebooters” seriam piratas dispostos a explorar novas fontes de mercadoria, como a troca com indígenas (de produtos manufaturados por produtos exóticos) ou a apropriaço dos seus bens pelo uso da força. Essa empreitada era somente possível através de suborno (ou cooptaço) de um piloto que conhecia a rota destas mercadorias. Dessa forma, até se tornou uma prática de exploraço, criando muitas vezes rotas contínuas de troca entre o velho e o novo mundo, como a costa do Brasil e África por volta de 1500. Junto com piratas, exploradores e comerciantes fizeram com que estas rotas de comércio virassem conexões marítimas dos novos impérios mercantes.

As maneiras com que eram adquiridos esses produtos exóticos (como dito, por base de troca ou no uso da força) dependiam das circunstâncias, como por exemplo se havia um contato freqüente com a fonte, se o local de comércio era próximo de uma base ou refúgio, se seria no fim ou começo de uma viagem etc.

1.2.2 Corsários (*privateers*)

O termo “*privateering*” se aplica principalmente à relação do uso privado de embarcações licenciadas (navios de guerra) por um Estado arranjado de forma intencional a pilhar/capturar propriedade inimiga em alto mar. O termo “corsair” é a versão francesa de “*privateer*”, pois justamente estas eram as principais potências que se utilizavam desse método durante o século XVIII.

Junto com a onda de utilização do Estado de “*privateers*”, com características semelhantes, há a presença de mercantes armados (Armed Merchantmen), que seriam navios primariamente voltados ao comércio mas com um contingente armado para tirar proveito de situações que poderiam gerar “prêmios”, como por exemplo uma viagem que rendesse pouco lucro no comércio e a oportunidade de se pilhar uma carga.

O seu [do “*privateer*”] objetivo principal era o de gerar lucro (corsários e mercantes armados) para os indivíduos envolvidos na empreitada; seus meios são geralmente violentos, envolvendo a apropriação forçada de navios e propriedade estrangeira; e sua legitimação incontestável, pois os atos de guerra marítima particulares eram sancionados formalmente pelo Estado. (PENNEL, 2001, p.69)⁷

O que o autor sugere é que a diferença entre a pirataria “comum” e a dos corsários é pequena, ocorrendo de diferente, no caso dos corsários, uma ligação deles com a marinha de um Estado e sua autoridade (que dá legitimidade, por assim dizer, às ações), mas que suas ações são limitadas aos períodos de guerra e somente contra a carga de seus inimigos.

Corsários inevitavelmente carregam a marca corruptiva da pirataria apesar de sua potencial utilidade para o Estado em uma Era em que a destruição do comércio inimigo foi considerada de alta prioridade estratégica. (PENNEL, 2001, p.69)

De fato, contudo, a atividade dos corsários, como uma atividade, requeria recompensa material imediata para aqueles que eram encarregados dela; corsários holandeses, seus compatriotas observaram, tendiam a não defender sua própria frota mercante mas atacar os

⁷ Their main purpose was to earn profits (Privateers and Armed Merchantmen) for the *individuals concerned in the venture; their means were often violent, involving the forced appropriation of foreign ships and property; and their legitimacy was undoubted, the acts of private maritime warfare being formally sanctioned by the state.* (PENNEL, 2001, p.69)

navios inimigos para capturar recompensas, um modo operante de limitada capacidade de limpar os mares de *hostis humanis generis*. (PENNEL, 2001, p. 33)⁸

1.3 A pirataria do ponto vista econômico

Sob a luz de uma definição mais ampla, que não apresenta peculiaridades sobre os tipos e contexto da pirataria:

“Uma definição abrangente (da pirataria) que emerge de relatos históricos é essencialmente a captura indiscriminada de propriedade (ou pessoas) com violência, nos mares ou através dele.” (PENNEL, 2001, p.83)⁹

É uma análise de perspectiva econômica da predação como resultado da pirataria, tendo em vista a importância do impulso privado relativo à atividade, não somente por parte dos piratas que ganham a vida dessa forma mas também a participação de comerciantes – e de oficiais de diferentes níveis de autoridade, que ignoram ou encobrem as atividades piratas para terem um retorno material, uma atividade lucrativa. Uma mistura às vezes de sedução, desconfiança e violência.

O papel do Estado, no tocante ao comércio e repressão da pirataria, é essencial, pois a maior repressão da pirataria atinge, por sua vez, de forma positiva o comércio, e vice-versa, pois a pirataria afeta as taxas esperadas de retorno e também os custos das transações das mercadorias.

⁸ Privateers inevitably carried the taint of piracy despite their potential utility to the state in a age when destruction of enemy commerce was afforded a high strategic priority. (PENNEL, 2001, p.69)

In fact, however, privateering as an activity required immediate material rewards for those who carried it out; Dutch privateers, their compatriot observed, tended not to defend their own merchant fleet but to attack the enemies' ships to take prizes, a modus operanti that fell short of clearing the sea from *hostis humanis generis*. (PENNEL, 2001, p. 33)

⁹ “A broad definition (of piracy) that emerges from historical writing is that of essentially indiscriminate taking of property (or persons) with violence, on or by descent of the sea. (PENNEL, 2001, p.83)

A significância econômica da predação na história se estende além da transferência de commodities ou destruição de embarcações que eram ocasionadas. Inclui também as implicações na redução de ativos comerciáveis que resulta das atividades predatórias. Para motivos analíticos as perdas podem ser consideradas imediatas. (PENNEL, 2001, p. 85)¹⁰

Estas perdas representam perdas imediatas de capital, na forma de carga, navios e equipamentos, e também perda de trabalho, com diminuição da tripulação. Analisando de forma mais minuciosa, poderão se levantar ainda mais perdas, pois a transação envolvendo o ato pirata, na disputa de mercadorias entre o atacante e vítima, utiliza de recursos que poderiam ser aplicados de diferente forma, como no caso do atacante. Ele poderia ser empregado nas embarcações e tripulações de forma a acrescentar mais mercadorias e serviços ao mercado formal. Quanto à parte da vítima, os custos de proteção, seguros, taxas pagas por defesa, ou compra de armas e recrutamento de tripulação, entre outros tipos de custos, poderiam ser usados de forma a incrementar os investimentos e a produção.

Analisando o mercado por um único produto, a pirataria geraria menos disponibilidade deste único produto no mercado, levando produtor e consumidor de um mercado normal a sofrerem perda. Mesmo que seja colocado novamente o produto no mercado pelos piratas, o produtor já sofreu a perda, o que pode refletir na diminuição da produção e do comércio do produto em si.

Uma redução no comércio tende a limitar a oportunidade para trocas, e dessa forma reduz o escopo da satisfação garantida sobre diversidade no consumo. Também limita a especialização na produção, na qual os avanços de produtividade dependem enormemente, direta ou indiretamente, no mundo pré-industrial. (PENNEL, 2001, p. 85)¹¹

¹⁰ The economic significance of predation in history extends beyond the transfer of commodities or destruction of vessels that it occasioned. It also includes the implications of the reduction tradable assets that results from predatory activity. For analytical purposes, the losses may be considered as immediate, both direct and indirect, and as dynamic, resulting from de adverse effects on future production. (PENNEL, 2001, p. 85)

¹¹ A reduction of trade tends to limit the opportunity for exchange and so reduces the scope for increased satisfaction through diversity in consumption. It also limits the specialization in production upon which advances of productivity overwhelmingly depended, direct or indirectly, in the preindustrial world. (PENNEL, 2001 p. 85)

Visando reduzir essas perdas, duas formas são apontadas na redução da pirataria, uma a sua redução via maior eficiência de patrulhas navais pelo Estado encarregado, e outra, via redução nos custos de proteção – tendo como resultado, por exemplo, menos navios de guerra mas dispostos nos mares de forma mais eficiente. No primeiro caso o benefício se estende aos donos dos navios, aos mercantes e a tripulação; no segundo, a redução do custo de proteção faria com que este montante salvo pudesse ser aplicado em investimentos e na expansão do comércio, individualmente mas também como um grupo, na busca por maior lucro. Esse menor custo de proteção faz com que os comerciantes beneficiados tenham uma vantagem competitiva sobre aqueles de países com maior custo.

Nessa análise, custos de proteção são centrais para o processo de acumulação de capital e diferenciado crescimento econômico, e os custos de proteção para o setor mercantil, quando grande parte do comércio for marítimo e vulnerável, são significativamente afetados pela intensidade da predação marítima. (PENNEL, 2001, p.86)¹²

¹² In this analysis, protection costs are central to the process of capital accumulation and differential economic growth, and the costs of protection to the mercantile sector, when so much trade was seaborne and vulnerable, were in turn significantly affected by the intensity of maritime predation. (PENNEL, 2001, p. 86)

2 A VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS

A importância deste tema na construção do raciocínio de passagem da atividade pirata de mercadorias materiais para a pirataria de mercadorias virtuais, como softwares de programas de computador e músicas, entre outros, é essencial para acompanhar as posteriores discussões sobre o tema da pirataria nos moldes contemporâneos.

As definições de duas palavras são importantes como base para entendermos essa transformação de uma forma de pirataria para outra: “tecnologia” e “virtual”.

Por definição, tecnologia: **1.** Tratado das artes em geral; **2.** Conjunto dos processos especiais relativos a uma determinada arte ou indústria; **3.** Linguagem peculiar a um ramo determinado do conhecimento, teórico ou prático; **4.** Aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral, método de fabricação de placas de circuito, no qual os componentes eletrônicos são soldados diretamente sobre a superfície da placa, e não inseridos em orifícios e soldados no local; **5.** *T. social, Sociol:* conjunto de artes e técnicas sociais aplicadas para fundamentar o trabalho social, a planificação e a engenharia, como formas de controle (MICHAELIS).

Virtual: **1.** Que não existe como realidade, mas sim como potência ou faculdade; **2.** Que equivale a outro, podendo fazer as vezes deste, em virtude ou atividade; **3.** Que é suscetível de exercer-se embora não esteja em exercício; potencial; **4.** Que não tem efeito atual; **5.** Possível; **6.** Diz-se do foco de um espelho ou lente, determinado pelo encontro dos prolongamentos dos raios luminosos (MICHAELIS).

A evolução tecnológica, alcançada pelo avanço da ciência e dos modelos matemáticos, transforma a pirataria (antes pertencente exclusivamente ao mundo físico) e os demais processos econômicos. A mensuração de diferentes esferas da realidade, de distâncias, áreas e volumes e até medidas de energia (que filósofos fenomenologistas chamam de um mundo à parte, mundo de subestruturas matematizadas), com avanço dos cálculos e modelos matemáticos (passando por Galileu, Decartes, Newton e Leibniz), chegam a sua forma mais avançada, que seriam as realidades virtuais presentes em nossos computadores.

O primeiro passo pra essa transformação acontece na área da medição, como apontado por Ivan da Costa Marques como a Arte da Medida, evolução que ocorre no fim da Idade Média e ganha força a partir do Renascimento. Galileu foi o grande nome nesse aspecto por ultrapassar os métodos até então conhecidos. Chegou a elaborações mais complexas de medições de tempo e espaço, distâncias, áreas e volume, dando à ciência moderna a atribuição de medir o mundo. Juntamente com as medições é aprimorada também a sua representação para o papel, via tabelas, desenhos,

textos, fórmulas entre outras formas, dando origem às operações de virtualização, uma etapa essencial para que fosse possível a desmaterialização (ou informacionalização).

Tomando em detalhe essa etapa com base no assunto anterior, a pirataria nos moldes clássicos, podemos ilustrar uma mudança na operação das embarcações pelos instrumentos de medida nas Universidades Portuguesas aplicadas à navegação, possibilitando criar utensílios que facilitassem essa tarefa, como tabelas, mapas e roteiros – criando nova etapa à viagem preparando uma simulação antes da viagem em si, proporcionando assim melhor planejamento e acrescentando maior precisão.

Das origens das palavras software e hardware:

“(…) os portugueses intensificaram o trabalho prévio de “informacionalização” (ou desmaterialização), o trabalho de reduzir a matéria pesada (dura, hard) da viagem à matéria leve (macia, soft) dos instrumentos de medida, do papel e da tinta.” (MARQUES, 2002, p. 21)

Esse processo de viagem passa a ter agora duas etapas. A primeira de informacionalização, que seria estudar o roteiro, reunir/elaborar mapas etc., uma verdadeira reunião de dados e informações, desmaterializando o mundo material em dados cada vez mais elaborados. A segunda se daria sobre a matéria em si, a convocação da tripulação e o deslocamento da carga, para navegar. Podemos usar os respectivos termos para essas etapas, software e hardware.

O próximo passo na evolução da informacionalização foi realizado pela marinha inglesa no século XIX. Foi a uniformização dos blocos de madeiras e tábuas utilizados na construção de embarcações, o que antes era feito de forma individual. Essa produção artesanal deu espaço para uma produção de melhor precisão graças aos instrumentos de medição, favorecendo a padronização. Com os ganhos de produção logo ocorreu uma extensão dessa técnica de corte uniforme de material às demais indústrias, a padronização de peças, possibilitando a construção de máquinas com partes intercambiáveis, a reposição de peças usadas por novas com as mesmas especificações.

Essa escalada da informacionalização acaba por adicionar cada vez mais novas camadas de dados sobre os processos de virtualização. As abstrações vão incrementando/substituindo prévias abstrações, como diz Marques Costa: “*Mede-se espaço, mede-se tempo, ganha-se precisão, ganha-se espaço, ganha-se tempo, ganha-se dinheiro* (Marques, Ivan da Costa, 2002, p. 21). Ou seja, existe uma busca contínua no processo de informacionalização em busca de melhores resultados no campo material, podendo este resultado aparecer em diferentes esferas.

(...) pode-se dizer que o virtual, que existe se contrapondo ao atual que acontece, retifica-se, ganha potencial e invade o real que subsiste. Uma história da construção do mundo moderno poderia ser contada como a história do aumento paulatino e sub-reptício da quantidade de trabalho sobre a informação em relação à quantidade de trabalho sobre a matéria. (MARQUES, 2002, p. 23).

Como já deve ter ficado claro, a intenção do autor é mostrar que o foco do trabalho cada vez mais passa a ser direcionado dos trabalhos sobre material físico, de matérias-primas em si para os trabalhos de desmaterialização (ou informacionalização, e vice-versa).

Nessa visão de aceleração desses processos em um ritmo cada vez mais intenso, podemos partir do aspecto de consumo para ilustrar essa passagem. Nas mercadorias, por exemplo na compra de um produto, o valor agregado não será somente pela matéria-prima em si mas também por toda a quantidade de informações nele incorporada, por exemplo um xampu. Pagar-se-á pela embalagem, pelo líquido em si no aspecto físico e no aspecto de informacionalização (utilizada nos estudos dos compostos e misturas), do trabalho de marketing desenvolvido pela marca, entre muitos outros fatores.

Essa aceleração do trabalho ligado à informacionalização em relação ao trabalho sobre a matéria ocorre pelo alongamento e aprofundamento da cadeia produtiva, as matérias-primas utilizadas nos produtos demandando cada vez mais um tratamento intensivo e extensivo na sua transformação, agregando maior valor. Por outro lado, esse trabalho despendido nas matérias-primas tem como objetivo justamente reduzir a quantidade de material industrial utilizado, como também reduzir o trabalho humano aplicado na produção. Esse tratamento intensivo e extensivo leva à introdução de novos materiais utilizados na produção, materiais cada vez mais leves e resistentes, e até mesmo com grandes inovações, como ligas metálicas que tendem a retornar a sua forma original quando deformadas e vidros que graduam seu grau de opacidade de acordo com a luz incidente. Um dado interessante é o do declínio do uso de matérias-primas desde 1900 (com exceção dos períodos de guerra). Para a fabricação de uma unidade de produto se gasta, em média, cerca de 1,25% a menos de matéria-prima por ano, o que tem se acentuado cada vez mais nestas últimas décadas.

Se por um lado se utiliza cada vez menos material na fabricação de unidades de produto, por outro lado aumenta o uso de *staff* especializado nos projetos e produções. Um exemplo seria o da comparação de um projeto de um avião bombardeiro B-17 do ano de 1940 e um Boeing 777 de 1991. O primeiro aeroplano envolveu menos de cem engenheiros na sua

concepção, enquanto a sua comparação mais moderna envolveu 5.600 engenheiros, de oito diferentes localidades do plano terrestre. Não só a quantidade de *staff* é maior nos projetos modernos, mas também o são seus custos de pesquisa e elaboração e a construção de novas unidades fabris. Em 1972 uma unidade de produção de componentes eletrônicos custava cerca de US\$ 10 milhões, e em 1990, cerca de US\$ 350 milhões.

Outra tendência dessa aceleração do processo de informacionalização é a passagem de cada vez mais trabalhadores alocados no chão de fábrica para aqueles alocados em escritórios, executando trabalhos ligados à concepção e aos projetos de produtos e processos.

“(...) a produção tornou-se mais indireta. Mais pessoas se envolveram com contagens, medidas, análises e planejamento e também com concepções, invenções e produtos e processos, trabalhando não diretamente sobre a matéria, mas sobre a informação.” (MARQUES, 2002, p.32)

(...) se diz que por volta de 1950 tal proporção era de 5:1; para cada cinco pessoas no chão de fábrica a indústria emprega uma no escritório. (...) as análises de economistas como Robert Reich permitem considerar que a proporção original entre o número de pessoas na fábrica e o número de pessoas no escritório já se inverteu. (MARQUES, 2002, p.33)

No texto de Marques (2002) é colocado que na economia dos EUA essa proporção seja de nove para um (respectivamente entre pessoas no escritório e nas fábricas). A ilustração do cenário sugere que nas diferentes indústrias cada vez mais as pessoas participam de processos de informacionalização em vez de na atuação direta em sua produção, a exemplo da produção de tomate, onde várias etapas e diferentes processos são executados sem participação direta em uma fazenda, como planos, desenhos, tabelas e roteiros para plantas modificadas em laboratório, o uso de fertilizantes, o uso de plantio geométrico, de colheitadeira, sistema de seleção eletrônica, meios de transporte, manutenção dos equipamentos (devido à sua maior complexidade) etc.

Toda essa transformação do processo de produção, transformação e incorporação de diferentes etapas nas indústrias, acaba por transformar até mesmo produtos agrícolas em produtos dotados de alto grau de tecnologia e informação. Essas mudanças nas etapas transformam as relações das indústrias entre si e surgem até mesmo novos tipos de relação, que aprofundam e alongam as cadeias produtivas, tornando-as mais complexas. Algumas

empresas inclusive abandonam a parte de transformação das matérias-primas e trabalham somente com design do produto e marketing, como algumas empresas de calçados que terceirizam sua produção.

Outras ainda levam este processo ao extremo, conduzindo o processo de informacionalização até o último estágio que conhecemos, o de produtos inteiramente virtuais, como programas de computador dos mais diversos tipos, editores de texto, fotos, entre muitos outros. Apesar de necessitar de um aporte material, como um computador para seu uso, podemos dizer que estes produtos são totalmente desmaterializados. Nesses produtos virtuais o trabalho em si terá como foco a quantidade de trabalho envolvido, tanto na criação de um produto específico como prévias atividades necessárias a sua criação.

3 GLOBALIZAÇÃO

Nesta parte do trabalho, em que se falará sobre globalização, é importante explicar a ligação entre o fenômeno e a pirataria moderna. É a globalização, afinal, que dá os moldes da pirataria como a conhecemos hoje.

Citando uma definição abrangente sobre a globalização, que posteriormente iremos aprofundar, mencionemos justamente um site que reflete uma face desse grande movimento global:

Globalização em seu senso literal é o processo de transformação do ambiente local ou regional em um ambiente global. Pode ser descrito como um processo de mistura ou homogeneização pelas quais as pessoas do mundo são unificadas em uma sociedade única e de funcionamento conjunto. Esse processo é uma combinação econômica, tecnológica, sociocultural e de forças políticas. Globalização é comumente usado para se referir à globalização econômica, isso é, a integração de economias nacionais em uma economia internacional através de trocas, investimento direto externo, fluxos de capital, migrações e difusão da tecnologia. (WIKIPEDIA)¹³

Com este conceito bruto sobre globalização, devemos acrescentar que não se trata de um fenômeno totalmente novo, mas sim de um fenômeno que sofreu grande aceleração nos últimos anos e passou a ganhar imenso interesse da mídia. Alguns autores citam como período de aparecimento desse fenômeno a época dos descobrimentos, outros ainda remetem este fenômeno a períodos mais antigos, como o da civilização romana e de outros povos da Antiguidade. Outros, ainda, dizem que a verdadeira globalização ocorreu somente após a II Guerra Mundial, mas não cabe aqui discutir sobre o exato ponto histórico de aparecimento do fenômeno. Podemos de qualquer forma concluir que ele não surgiu nas décadas mais

¹³ **Globalization** in its literal sense is the process of transformation of local or regional phenomena into global ones. It can be described as a process of blending or homogenization by which the people of the world are unified into a single society and function together. This process is a combination of economic, technological, sociocultural and political forces. Globalization is often used to refer to economic globalization, that is, integration of national economies into the international economy through trade, foreign direct investment, capital flows, migration, and the spread of technology. (WIKIPEDIA)

recentes, mas que realmente se acelerou nos últimos anos, e procuraremos destacar suas peculiaridades.

Os efeitos da globalização são sentidos por todo o planeta, atingindo de diferentes formas diferentes partes do mundo. É comum até mesmo dizer que o mundo ficou e vai ficando cada vez menor (e igual), graças aos avanços que ocorreram e ocorrem principalmente nos setores de comunicações e transporte, no que se diz dos fluxos de informações graças à internet, do aumento do comércio de produtos disponíveis nos mercados internacionais e no reduzido tempo das viagens pelo globo terrestre.

A globalização é um movimento que causa muita controvérsia, por levar em sua essência elementos que geram muita discussão, como o capitalismo, o livre mercado e maiores liberdades individuais. Juntamente com esses elementos a globalização causa muitas mudanças, às vezes de forma rápida e impactante, fazendo com que grupos sociais e intelectuais questionem ou assumam uma posição contrária ao fenômeno. Geralmente é a culpada por criar sociedades de cultura homogênea, principalmente de reproduzir a cultura da nação hegemônica (no presente a estadunidense), do maior número de empresas sem nacionalidade, a perda de empregos reais, aumento da poluição, entre muitos outros. Mas culpar a globalização seria de certa forma precipitado, pois alguns problemas não encontram suas raízes no fenômeno.

Não é difícil encontrar grupos e indivíduos que se opõem à globalização, pois é um fenômeno que gera muitas transformações, mudanças às vezes bruscas e caóticas, e nem são todos que aceitam e se adaptam a essas transformações, como produtores de determinados produtos expostos à competição feroz de produtos internacionais. Um ícone do poder de transformação da globalização são as empresas transnacionais, que administram produções ou oferecem serviços em mais de um país, sendo o seu número ao longo dos últimos anos maior.

A globalização é um fenômeno em aceleração e cumulativo, mas não é de mão única, ele pode retroceder, como no caso dos períodos anteriores a primeira e segunda guerras mundiais, contrariando as predições de que uma guerra mundial seria impossível devido ao alto grau de interconectividade entre as nações. Mas não é só por motivos de guerra que a globalização se retrai. Ao passo em que medidas protecionistas são tomadas para defender determinadas indústrias em alguns países, elas se chocam com uma das forças que integram o fenômeno, o livre comércio. Outros movimentos, como o capitalismo, a democracia, entre outros, reforçam o poder da globalização, mas de acordo com os autores de “Um Futuro

Perfeito”, Micklethwait e Wooldridge (2000), o tripé principal que apóia a globalização é composto pelo mercado de capitais, a gestão e a tecnologia.

O que argumentam os autores, referente aos recentes períodos que a globalização ganha destaque, é que cada um destes três itens tem por si só um poder transformador grande, mas que combinam de tal forma que os seus efeitos se tornam ainda maiores. O livre fluxo de capitais facilita aquisição de novas tecnologias nas indústrias e serviços; a gestão foca em utilizar da melhor forma o capital e tecnologia através de difusão de métodos gerenciais comuns nas empresas; aquelas que se destacam por sua eficiência expandem suas fronteiras, fazendo com que as outras empresas se adaptem, ou correrão o risco de tornarem-se menos competitivas e até mesmo abandonar o mercado, e assim ciclicamente.

3.1 O Mercado de Capitais

“A tecnologia revolucionou os mercados de capitais com mais intensidade do que praticamente qualquer outra parte da economia...” (MICKLETHWAIT; WOOLDRIDGE, 2000, p.80)

“Tudo sobre o mercado de capitais parece estar quebrando recordes hoje. O total de capital em circulação é maior do que nunca. A velocidade de giro não tem precedente.” (MICKLETHWAIT; WOOLDRIDGE, 2000, p.80)

Essa é a relação que os autores fazem a respeito da globalização e mercado de capitais, nestes anos em que os números são cada vez maiores e o processo de globalização se acelera. O que impressiona os que acompanham o mercado financeiro são justamente as mudanças que ocorreram nas últimas décadas, sendo a forma como são feitas agora as negociações de valores passando por meios eletrônicos de velocidade assombrosa; e na forma com que os países (governos e empresas) utilizam/aceitam esse capital.

É comum o mercado de capitais gerar certa desconfiança, mais do que, por exemplo, a aceitação do comércio de produtos estrangeiros. Isso se deve em parte ao fato de que as previsões quanto à circulação de mercadorias são muito mais apuradas que aquelas feitas sobre o mercado de capitais, sendo neste último a velocidade e a imprevisibilidade dos agentes fatores que tornam difícil elaborar previsões seguras.

Outro ponto importante quanto ao mercado de capitais é de qual a origem desse dinheiro que circula nos mercados passando pelo papel da figura do investidor. O investidor pode assumir diferentes formas, entre elas de investidores individuais, cidadãos de diferentes países que procuram retorno financeiro de parte de sua renda ociosa, e as empresas que utilizam o mercado de capitais, podendo ser via fundos mútuos, fundos de pensão, companhias de seguros, entre outros. O que vem ocorrendo nas últimas décadas é que o acesso ao mercado de capitais vem crescendo, a compra de ações se tornou mais simples e barata graças às transformações da tecnologia empregada. Outra questão que influencia a desenvoltura do mercado de capitais de um país vem da cultura de cada nação. Nos EUA, por exemplo, em que grande parte da população investe no mercado, estima-se que o mercado de capitais tenha o valor de uma vez e meia o PIB, e na Europa, em média o mesmo valor do PIB dos países.

Fazendo uma breve distinção entre os benefícios e malefícios do mercado de capitais no mundo, citamos a favor do mercado de capitais o fato de que os recursos aplicados via empresas privadas são mais eficientemente alocados do que pelo governo. Os países que fazem bom uso do capital, que conseguem fazer com que ele seja de fácil captação pelas empresas e distribuído com igualdade, tornam a economia mais próspera. Por outro lado, os problemas que surgem compartilham da mesma raiz, pois serão nos investidores que ficarão concentradas as informações dos capitais, causando dependência dos outros agentes. Um outro aspecto negativo que podemos citar são os mecanismos altamente alavancados de especulação, que criam bolhas financeiras sem um suporte monetário real, se falando hoje que o capital em circulação nos mercados financeiros é maior do que aquele que realmente existe.

Mas esses pontos negativos na verdade podem ser evitados com a adoção de algumas medidas, como restrições a esses mecanismos de especulação. Por parte das empresas, espera-se a adoção de governanças corporativas, de assegurar a responsabilidade da administração quanto aos seus planos e maior transparência nas atividades e o uso de planos de conta – visando fazer com que as empresas que captem empréstimos possuam uma boa estratégia de uso para o capital recebido.

3.2 A Gestão

O item gestão é o segundo do “tripé” da globalização. A gestão é responsável pela mudança no setor produtivo quanto às inovações, aumento de eficiência e retorno financeiro para as empresas.

Como símbolo dessa evolução no processo de produção, o grande modelo vem da produção automobilística, primeiramente com o modelo fordista de produção, em linha, e posteriormente métodos e organizações mais recentes, como o toyotismo, a produção enxuta, e outros métodos, como engenharia de valor sendo a produção de peças intercambiáveis entre diferentes veículos.

É notadamente visível o esforço que as empresas tem feito em busca de novas técnicas produtivas e melhorias na gestão. Grande parte delas vem de investimentos feitos na área de treinamento e educação, criação de centros de treinamento particulares e universidades corporativas. Como grandes exemplos temos o Centro de Treinamento Nestlé e a Universidade Motorola.

Se formos analisar os principais componentes deste item, podemos citar os elementos de grande importância para a gestão. O primeiro se trata das empresas multinacionais, por seu papel na demanda por novas técnicas gerenciais, o investimento realizado pelas mesmas e também pela difusão dos métodos que utilizam, justamente o fato de ter filiais em todo o mundo faz com que as técnicas utilizadas por determinado grupo atinja diferentes partes do globo.

Os consultores gerenciais e pensadores gerenciais, por sua vez, são os que detêm grande parte do conhecimento existente sobre o assunto. São profundos conhecedores dos métodos existentes no mercado, prestando consultoria para empresas e/ou ensinando nas escolas de negócios; ou ainda, podem ser indivíduos buscando inovar os métodos gerenciais, adquirindo certo status relativo ao sucesso e aceitação de suas inovações.

“O trabalho dos consultores consiste em proporcionar aos clientes acesso às melhores teorias e métodos gerenciais disponíveis em qualquer parte do mundo.” (MICKLETHWAIT; WOOLDRIDGE, 2000, pg.100)

Por último as Escolas de Gestão Empresarial. Como ilustração desses centros de ensino temos a Harvard Business School, famosa por formar gerentes e consultores de renome não só nos EUA, mas também nos outros quatro continentes. É uma meta das escolas

de negócios buscarem se internacionalizar, pois adquirem maior gama de alunos, de diferentes comunidades e com isso agregam novos conhecimentos aos métodos gerenciais. Os grandes nomes de consultorias não são mais de exclusividade dos EUA. Por essa internacionalização de suas escolas de gestão, novos nomes surgem de diferentes partes do mundo, como China, Índia, Israel, Finlândia, entre outros.

3.3 A tecnologia

Destes denominados “motores da globalização”, a tecnologia é a que tem mais relevância para o presente trabalho. O entendimento comum sobre tecnologia seria o uso prático, geralmente na indústria, das descobertas científicas, vindas elas dos diferentes ramos de pesquisa, como das militares, ligados em grande parte ao setor mecânico e eletrônico, até o das farmacêuticas, referentes aos campos de biologia e química. Ultimamente essas mudanças vêm modificando e muito o cotidiano das pessoas, pelos novos produtos que são lançados no mercado e levam à transformações das atividades sociais.

Neste item serão discutidas mais superficialmente essas relações, procurando essencialmente a ligação da tecnologia com a globalização. Posteriormente, serão aprofundadas as questões das mudanças sociais e sua ligação com o tema da pirataria como um todo.

A tecnologia fez grandes revoluções nos mundos dos negócios. Criações simples ou na verdade não exigentes das novíssimas tecnologias de ponta, por exemplo o ar condicionado, tiveram seu potencial subestimado.

Outra invenção que teve grande impacto no comércio mundial foram os contêineres, caixas de metal que proporcionaram um enorme ganho no transporte e armazenamento dos produtos comerciados em diferentes distâncias, com ganho de eficiência no tempo de transporte de carga e na redução do número de estivadores necessários, até mesmo no transporte de produtos específicos, como alimentos de rápida perecibilidade – que, graças aos contêineres refrigerados, puderam ganhar mercados mais distantes.

Falando em produtos que envolvem mais tecnologia de ponta e serviços específicos, as comunicações sofreram grandes mudanças nos últimos tempos. Em várias áreas as mudanças podem ser notadas: nas comunicações televisivas são dispostos novos recursos de imagens e som, melhoria de sinal e maior alcance. As redes de comunicação de voz e dados,

ampliadas pelo uso maior das tecnologias digitais provenientes da evolução dos computadores, fizeram com que os custos de comunicação fossem reduzidos (não necessariamente em todo o mundo) possibilitando maior acesso de usuários. A explosão dos telefones celulares possibilitou a mobilidade e individualidade do usuário, acesso a novos recursos, como o de dados e o acesso à internet.

3.4 Contraponto

Em contraponto à visão entusiasmada da globalização descrita por Micklethwait e Wooldridge (2000) – não que não tenham apontado pontos negativos e falhas sobre o fenômeno –, buscamos um autor com uma visão mais crítica sobre este fenômeno, uma visão de um ponto mais à esquerda, digamos assim, David Harvey (2000).

Em seu livro *Espaços de Esperança*, que aborda diferentes assuntos e questões, sendo um deles a globalização, ele introduz um outro conceito muito interessante que pode ser de grande utilidade para o presente trabalho, o conceito “o corpo”.

Uma breve explicação deste conceito (o corpo), em contraponto ao tema da globalização, é que os dois são remetidos a pontos contrários, mas análogos entre si. Sendo a globalização a escala mais macro das atividades humanas, o corpo submete ao menor componente da esfera social, o indivíduo. Esta análise – do corpo – diz respeito às características dos indivíduos, dos debates envolvendo a satisfação das necessidades humanas.

“(…) decomposta até suas mais simples determinações, a globalização tem a ver com as relações socioespaciais entre bilhões de indivíduos.” (HARVEY, 2000, p.29)

Voltando ao tema da globalização: Harvey (2000) tem uma visão diferente daquelas citadas anteriormente. Diz, por exemplo, que a globalização é fruto inventado e manipulado pelo capitalismo – o tema que toma as mídias a partir de 1980, vendendo uma imagem de um mundo sem fronteiras e descentrado da cultura, artifício sendo utilizado pela imprensa financeira na busca de argumentos em prol de maior desregulação do mercado financeiro.

Outra diferente visão quanto ao tema da globalização se dá sobre as tecnologias, que atuam sobre camadas de tecnologias mais antigas, agregando e impulsionando os

movimentos nesse aspecto. Mas existe nessa nova fase de tecnologia um teor diferente daquelas apresentadas no passado – as suas características de reprodução:

“Mas o que existe de especial agora é o ritmo e o grau de transferência e imitação da tecnologia entre as, e no interior das, diferentes zonas da economia mundial” (HARVEY, 2000, p.90)

A importância do novo sistema de mídias e de comunicação, diretamente alterado pelas inovações tecnológicas, é que ele afeta as formas de produção e consumo. Apesar dos efeitos de expansão e das formas de acessibilidade à informação, é dado um alerta quanto à concentração monopolista dos meios de comunicação mais massivos, abrangentes, como jornais e redes de televisão.

Um último ponto sobre a globalização não abordado em estudos mais casuais do tema é o custo de subjugação do espaço, as mudanças que ocorrem no espaço geográfico físico, pela necessidade que o capitalismo tem de reordenar a geografia em busca de soluções para suas próprias crises e impasses.

Se estes são alguns pontos que a própria globalização leva em sua natureza, são identificados alguns impedimentos, críticas e dificuldade que deverão se apresentar, no futuro, ao capitalismo, aos capitais e ao processo de globalização. Sobre a esfera das empresas multinacionais e o universo dos trabalhadores, é que aquelas têm muito poder de controle sobre o espaço, fazendo com que os países fiquem vulneráveis às decisões empresariais – como a ameaça de ocorrer o encerramento da atividade de um país para outro. Isso torna a força de trabalho vulnerável a essa volatilidade. Os trabalhadores se tornam geograficamente mais dispersos, o que gera dificuldades de se organizar e manter movimentos trabalhistas.

Outro ponto observado é o do papel das migrações, já que o tempo de transporte de pessoas e cargas é reduzido, facilitando o processo de transporte de trabalhadores, parecendo impossível controlar os fluxos de migração, especialmente aqueles indesejados a alguns países.

“Em primeiro lugar, o capitalismo está sempre movido pelo ímpeto de acelerar o tempo de giro do capital, apressar o ritmo de circulação do capital e, em consequência, de revolucionar os horizontes temporais de desenvolvimento”. (HARVEY, 2000, p.86)

Essa aceleração do processo econômico é desgastante para diferentes esferas, ainda mais por causa de um ritmo acelerado como o de *Wall Street*, não acompanhado por todos os outros setores capitalistas, muito menos ainda pelos sistemas ecológicos e sociais, causando desgaste aos trabalhadores.

Outros problemas surgem, como aqueles ligados ao meio ambiente e aos limites do crescimento econômico. Quando se vai além das capacidades dos ciclos naturais, geram-se poluição e exaustão dos recursos. Nas cidades, a urbanização começa a assumir um caráter de hiperurbanização, uma aglomeração de pessoas sem precedentes na história.

Em suma, o autor defende que a globalização na verdade é um processo que acirra a competição entre os países. Alguns Estados-nações são forçados a tomar posições intervencionistas na defesa de sua economia e sua cultura. Assim como o desenvolvimento provocado pela globalização é geograficamente desigual, ao gerar infra-estrutura somente em alguns países, ele altera paisagens e imobiliza o capital.

Um alerta feito é que, apesar do foco da globalização mundial ter sido centrada desde 1945 nos EUA, forças capitalistas promoveram independentemente o desenvolvimento da globalização, de forma descentralizada, dando passagem a um sistema antes hierarquicamente organizado e largamente controlado pelos EUA, em outro sistema coordenado pelo mercado, tornando-o assim mais volátil, correndo o risco de se tornar como cita Friedman (1996): “Um trem sem freio que destrói tudo a sua passagem”.

Uma última nota que se mostra muito interessante sobre a globalização vem de uma entrevista concedida pelo historiador Eric Hobsbawn, que fala do descolamento entre a atividade econômica dos países e a política. Um ponto que será abordado mais adiante.

Ainda que, no caso da economia, seja possível teoricamente que ela funcione sem uma série de instituições globais, creio que o mesmo é inconcebível no caso da política. E a realidade é que não existem instituições políticas globais. A instituição que mais se aproxima disso é a Organização das Nações Unidas, mas essa deriva seu poder de Estados existentes. Portanto, na situação atual, coexistem dois sistemas diferentes: um na economia e outro na política. (HOBSBAWN, 1999, p.45)

4 A INTERNET

Hoje em dia é muito comum o uso da internet. É difícil encontrar alguém que não a utilize seja para uso no trabalho, no simples uso de correio eletrônico ou na vida privada como entretenimento, lazer, estudos, entre muitos outros fins. Ressalte-se que a importância da internet para esse trabalho é ligar o seu uso e o uso da linguagem binária às transferências de arquivos, que acabam de alguma forma violando o direito de propriedade intelectual. Para isso temos como objetivo neste capítulo explicar o que é a internet, um pouco de sua história, seu crescimento e sua utilização no meio social e econômico.

Simplificando o que é a internet, podemos dizer que é uma gama de redes de computadores interligados em diferentes canais. Os computadores que a formam são de origem pública e privada, compondo redes de diferentes tipos como acadêmicas, de negócios, de uso governamental etc. Essas redes se conectam à rede global via redes de cobre, cabos de fibra óptica, redes sem fio e novas tecnologias, como a utilização de rede existente de energia para transferência de dados. Essas conexões são utilizadas para a troca de informações entre computadores, como troca de correio eletrônico, compartilhamento e transferência de arquivos; e ainda no acesso a servidores que fornecem conteúdo de hipertexto, que seria o conteúdo de texto digital com imagens e som.

A internet, para alguns estudiosos, é a fonte da nova economia, de uma economia digital voltada para empresas presentes no mundo virtual, e fonte também da mudança de estrutura das empresas do mundo real. Para outros estudiosos, é a fonte de uma nova sociedade. Outros, ainda, opinam que ela é apenas um novo instrumento. No meu ponto de vista a tecnologia é um tanto recente e sofre mudanças continuamente, justamente por essa interação entre sociedade e tecnologia, e justamente por esse fato de ela ser recente alguns julgamentos podem ser um tanto precipitados. Particularmente acho fantásticas as novas possibilidades que são abertas, como as do trabalho sem o movimento físico de trabalhadores, podendo talvez colaborar com a redução de congestionamentos e a emissão de poluentes – todo caso, nem toda mudança “pega”, sendo talvez necessário um tempo de observação maior para se julgar a questão.

4.1 Um pouco da História

Com base no livro de Castells (2006), falaremos da origem da internet, evitando muitos detalhes, pois ela é composta por vários projetos que colaboraram para sua formação e posteriores mudanças. Dessa forma falaremos da trajetória que deu origem ao que hoje conhecemos e destacaremos aqueles projetos que tiveram maior importância.

Voltando um pouco no tempo, os primeiros estímulos em direção ao desenvolvimento de novas tecnologias são originados do impulso militar oriundo da segunda guerra mundial, das bases criadas na época pelo esforço científico e de engenharia resultando na revolução microeletrônica. Com o cenário da Guerra Fria, a busca por superioridade tecnológica frente à União Soviética fez com que os EUA investissem massivamente em projetos de pesquisa científica, com o total apoio governamental e popular.

Dentre os projetos que deram origem a forma da internet hoje, o principal foi a ARPANET, rede da ARPA (*Advanced Research Projects Agency*). A ARPA foi uma agência formada pelo Departamento de defesa dos EUA em contrapartida ao avanço tecnológico de seu rival na época, a União Soviética. O objetivo desse projeto formado em 1958 era desenvolver capacidade tecnológica superior. Essa rede desenvolvida para a ARPA usava da tecnologia que usamos até hoje, o envio de pacotes de dados. Esses pacotes seriam dados transformados em linguagem digital (linguagem binária, escrita por combinações de um e zero) e segmentados em pacotes de dados, com um rótulo de destino e conteúdo. Os pacotes transformados em dados são transferidos por um caminho dentre das redes de dados disponíveis, mas o caminho que esse pacote segue não é exclusivo a ele, podendo o pacote ser transferidos em diferentes caminhos em diferentes redes, tornando a transmissão mais eficiente. Outra característica dessa forma de transmissão era a redundância das funções na rede, para que possibilitasse a reprodução de tarefas mesmo que parte da rede não estivesse em funcionamento.

Posteriormente outras redes foram criadas, por instituições de ensino espalhadas pelos EUA, com diferentes formas de transmissão de dados digitais. Assim, o próximo passo foi como conectar diferentes redes com a rede da ARPANET. Em 1973, graças a um seminário em Stanford houve uma padronização dos códigos usados, permitindo que diferentes redes de computadores pudessem se comunicar devido aos protocolos de comunicação agora compatíveis. Em 1983 houve uma divisão da rede, a criação de uma rede independente para uso exclusivo militar para prevenir possíveis brechas na segurança, já que era utilizada para

pesquisa e sua expansão poderia comprometer dados importantes, e também foi criada uma rede específica para fins de pesquisa, a ARPA-INTERNET.

A respeito dos grupos que deram origem a ARPA, foi da combinação de profissionais voltados à ciência e do empenho do Ministério da Defesa em investir no desenvolvimento tecnológico. O primeiro grupo era formado por cientistas e acadêmicos de renomadas instituições de ensino – a exemplo o Massachusetts Institute of Technology (MIT) – que compartilhavam um ponto comum, o desenvolvimento da interconexão de computadores. Alguns tinham objetivos mais altos, de revolucionar o mundo através da comunicação por computador, outros simplesmente de promover a ciência computacional. Apesar de a pesquisa estar essencialmente instalada no âmbito militar, existia certo caráter de liberdade no sentido da contracultura, dessa forma a criação da arquitetura de rede foi desenhada a promover a grande circulação da informação de forma livre e sem ter um núcleo, o que acabou sendo uma excelente ferramenta de comunicação para o uso militar.

É importante destacar que o funcionamento das redes de computadores depende do uso de *backbones* (em português, *espinha dorsal*). Esses *backbones*, designam o esquema de ligações centrais de um sistema amplo, tipicamente de elevado desempenho. Os operadores de telecomunicações mantêm sistemas internos de elevadíssimo desempenho para comutar os diferentes tipos e fluxos de dados (voz, imagem, texto etc). Na internet, uma rede de escala planetária, podem-se encontrar, hierarquicamente divididos, vários *backbones*: os de ligação intercontinental, que derivam nos *backbones* internacionais, que por sua vez derivam nos *backbones* nacionais. Neste nível encontram-se, tipicamente, várias empresas que exploram o acesso à telecomunicação — são, portanto, consideradas a periferia do *backbone* nacional.

Sobre a participação do governo na forma do Ministério de defesa, foi essencial seu envolvimento para financiar os caros projetos e fomentar a busca de tecnologias de ponta, que para os militares se traduzia em superioridade tecnológica. O grande mérito talvez dessa combinação entre governo e cientistas foi da articulação do projeto que ficou administrada pelos cientistas, que faziam a ciência pela ciência, dessa forma não inibindo a capacidade criativa e a liberdade dos profissionais envolvidos, contando com a colaboração de diferentes instituições voltadas à ciência.

Em 1984 um novo passo foi dado: a National Science Foundation (NSF) montou uma rede de comunicação utilizando a ARPA-INTERNET, que posteriormente a NSF viria a administrar, difundindo o uso de redes entre as instituições de ensino dos EUA. Posteriormente, em 1990, o Departamento de Defesa dos EUA, com o objetivo de comercializar essa tecnologia e buscar uma abertura para um público maior, dá um impulso

para difusão dessa tecnologia oferecendo subsídios a fábricas de computadores, que possuíam capacidade de transmissão via pacotes e também coincidindo com o período de privatização das comunicações nos EUA. Sendo assim, a partir de 1990 as empresas comerciais começaram a utilizar mais amplamente as redes internas para transmissão de dados, posteriormente surgindo alguns provedores de conteúdo, como a América Online (AOL).

Mas é também no ano de 1984 que surge uma nova corrente, criada por Richard Stallman, a do software livre. A companhia AT&T queria reivindicar o direito de propriedade sobre o UNIX, que era um sistema operacional desenvolvido por esforço de trabalho em rede com diferentes colaboradores. Stallman, em contrapartida, cria a *Free Software Foundation*, com o objetivo de difundir o “copyleft”, um conceito contrário ao do copyright. O copyleft incentiva que programas de computadores tenham o seu código, isto é, seu núcleo de funcionamento aberto para que outros usuários da net tenham acesso para utilizá-lo e possibilidade de aperfeiçoar o programa – para depois jogá-lo na rede com suas melhorias. Um derivado desse conceito de copyleft é o Linux, um dos sistemas operacionais mais utilizados, com cerca de 6% de participação no mercado.

4.2 A internet e as empresas

As inovações tecnológicas são criadas e moldadas pela sua utilização, com a internet não foi diferente. Desde sua criação apoiada no governo representado pela esfera militar e pelo mundo acadêmico na forma de instituições de ensino voltadas à computação. Seus usos refletiam esse ambiente. A partir da década de 90, o uso da internet começa a ser difundido por incentivo de políticas adotadas pelo governo e a entrada de investimento privado. Pelo processo de privatização das companhias de comunicação as empresas encontraram na internet uma ótima ferramenta para suas atividades, causando um “boom” de empresas pontocom nessa década. A transformação que ocorre na internet se dá fortemente influenciada por essa participação maciça das empresas, de forma recíproca, tanto uma quanto a outra a modificarem suas estruturas.

Abordando um pouco mais a questão das empresas na década de 90, a grande excitação na época com a expansão de uma tecnologia com capacidade tão vasta, possibilitou a transformação de poder mental em dinheiro, a visão de transformar idéias em projetos. Tanto que houve uma enxurrada de empresas criadas, mas algumas não possuíam o

planejamento adequado. Elas entraram de cabeça, mas não souberam como administrar esse tipo de “novo” negócio baseado na internet, até que houve crise no final da década, fazendo com que algumas empresas fossem extintas ou adquiridas por empresas mais maduras.

Outro motivo de crescimento dessas empresas na década foi a quantidade de capital que o mercado tinha disponível para esse tipo de investimento de risco, na montagem de negócios do tipo pontocom. À medida que empresas relacionadas ao mundo virtual tinham sucesso, o montante de capital era utilizado para criar novas empresas, e mesmo que algumas não tivessem sucesso, uma idéia entre elas que tivesse êxito pagaria pelo fracasso de outras. Mas desde que o mercado financeiro sofreu com a explosão da bolha especulativa dessas empresas, o capital passou a ser mais seletivo quanto à esse tipo de empresa.

Definindo as empresas pontocom ou empresas eletrônicas, elas são aquelas que têm suas atividades em operações como administração, financiamento, inovação, distribuição, vendas, relações com empregados e relações com clientes predominantemente ou exclusivamente pela Net. Esse tipo de empresa acaba empregando de forma o capital e o trabalho de uma diferente maneira, como mostraremos a seguir.

4.3 O trabalho na Economia Eletrônica

Se a avaliação no mercado financeiro indica o resultado final do desempenho da companhia, é o trabalho que continua sendo a fonte de produtividade, inovação e competitividade. Além disso, o trabalho é mais importante que nunca numa economia que depende da capacidade de descobrir, processar e aplicar informação, cada vez mais online. **(CASTELLS, 2003, p.77)**

Essa afirmação é bem interessante, pois tem como fundamento que a informação encontrada na internet é vasta, e com um crescimento assombroso. Dessa forma, para organizar e processar essa informação de forma correta, que traga benefícios para as companhias é necessário filtrá-las, fazer uma seleção dessas informações de forma a aplicar eficientemente nas atividades das empresas. Para isso o trabalho é fundamental, as atividades nas empresas pontocom acabam exigindo mais do trabalhador, maior afinidade com a tecnologia presente, esta que sempre sofre mudanças justamente por estar na sua estrutura, exigindo maior capacidade de aprendizado e maiores níveis de habilidade.

Tocando novamente nos atributos do trabalho na rede, dois são extremamente importantes na era eletrônica. Primeiro o da capacidade de aprender, pois o aprendizado realizado num período, com a coleta de informação, pode se tornar no período seguinte ultrapassado, assim como as técnicas associadas a softwares substituídas por versões mais recentes – fazendo que a capacidade de aprendizado seja essencial, para se manter competitivo num mercado altamente mutável; é a necessidade de nunca parar de aprender. O segundo atributo seria a capacidade de navegar na rede e coletar dados relevantes à atividade da empresa, a procura e seleção de dados transformados em conhecimento específico.

Com o boom a partir da década de 90, a competição acirrou o mercado de trabalho na busca de profissionais especializados, uma mão-de-obra um tanto quanto escassa, como programadores, engenheiros e analistas financeiros na área tecnológica. A solução encontrada pelos grandes pólos (a exemplo de Londres, Estocolmo, Vale do Silício e outras áreas que necessitavam de trabalhadores desse tipo) foi a de recorrer ao trabalho imigrante de profissionais altamente especializados, em parte pela migração destes trabalhadores e também na criação de centros de trabalho *off-shore*, ou seja, empresas que se firmaram em centros de desenvolvimento, áreas como o Caribe, uma forma de trabalho online. Em alguns casos são oferecidas recompensas como forma de incentivar esses trabalhadores, oferecendo cidadania para determinado país de origem da empresa. No Vale do Silício, como relata Castells (2006), na década de 90, cerca de 30% das companhias criadas tinham um diretor executivo imigrante de origem chinesa ou indiana, outro fluxo de trabalhadores/imigrantes especializados era originário de Israel, México e Rússia. Esse trabalho imigrante de certa forma não representa prejuízos ao trabalho doméstico, pois grande parte dos imigrantes que se firmam no país que trabalham acabou por criar novos vínculos entre companhias de sua terra de origem e centro em que se estabeleceu, criando novos laços comerciais.

Outro ponto interessante a partir da década de 90 é o papel do trabalho feminino na era da internet. Houve uma participação maior das mulheres neste mercado. Destaque-se a grande capacidade feminina de organizar e se adaptar ao ambiente de trabalho da era eletrônica, talento essencial para as empresas pontocom, colaborando também para diminuir a diferença salarial entre os sexos.

Numa economia em que o trabalho é o centro da produtividade da empresa, por aquele trabalhador específico ou um grupo de trabalhadores importantes ela se obriga a adotar maneiras de fixá-los – oferecendo papéis da empresa na forma de participação em ações, bônus associados ao desempenho e outros benefícios firmados por contrato. Isso faz com que os empregados criem vínculo, já que sua remuneração depende da contribuição que

darão ao desempenho da empresa (se tornam de certa maneira, em alguns casos, co-proprietários do negócio).

Outra mudança ocorrida envolvendo o trabalho se trata da autonomia de tempo. O antigo padrão de trabalho de uma jornada estabelecida semanalmente deixou de ser padrão – pois agora o tempo de expediente passa a gravitar em torno dos projetos a serem construídos e implementados. Essa mudança não significa menos trabalho mas sim, em alguns casos, como por exemplo (contrário) o Vale do Silício, grande aglomeração de empresas do estilo pontocom, com jornada semanal de 65 horas.

4.4 As transações

Com relação aos negócios eletrônicos, algumas características são notadas rapidamente. A conexão que acontece é interativa, baseada nas relações da internet entre os produtores, consumidores e prestadores de serviço. Essa conexão na era da internet (entre os diferentes membros da cadeia de negócios) possibilita, através da interatividade entre eles de moldar o negócio com base em muito mais informação, uma maneira mais personalizada dos negócios, reduzindo assim custos e gerando aumento da qualidade, eficiência e satisfação do comprador.

Os compradores como produtores: a medida que são obtidas informações sobre o comportamento dos consumidores de determinados produtos, o feedback dá informações à empresa como alterar e modificar seu produto, um alto grau de interação. Isso faz com que produtos novos já sejam testados logo que são postos no mercado, fazendo com que o processo e o produto se inovem constantemente, no interesse comum de todos associados, produtores e consumidores nos retornos crescente dessa relação. **(CASTELLS, 2003, p.86)**

Na era da internet as empresas são avaliadas com o desempenho e números mostrados em seu balanço, que reflete nas bolsas de valores. Assim são recompensadas as empresas que buscam incorporar eficiência e políticas corretas. Como dito no capítulo da globalização o mercado não é totalmente preciso, ou seja, é aberto a todo tipo de investidores, alguns que fazem análises minuciosas sobre uma empresa ou simplesmente aquele investidor que

acompanha o mercado e suas tendências. Mesmo dessa forma, as empresas ganham um grande impulso pelo mercado. É essencial essa participação dos agentes investidores que mobilizam capital de diferentes fontes para que as empresas tenham a razão de ser e se expandir, com o objetivo de buscar maiores lucros e dessa forma gerar lucro também aos acionistas.

Dos negócios das empresas pontocom, uma grande parte das transações que ocorrem são a do tipo B2B, sigla derivada do Business to Business, que significa de empresas para empresas. Esse tipo de transação chega a movimentar cerca de 80% do comércio eletrônico global, através de troca entre as empresas de tecnologia, pagamento de royalties, as transações com as próprias filiais empresa etc. Um exemplo recente quanto a esse tipo de relação de negócios vem de uma notícia da Folha de S.Paulo sobre a parceria B2B da Volkswagen e Porsche visando um acordo que buscasse a redução dos custos de troca de tecnologia entre essas duas companhias.

A importância que a tecnologia da informação proporciona hoje é essencial para as empresas neste aspecto de transações entre elas, pois em alguns casos há uma redução de 50% nos custos, gerando mais transações e atraindo novos investidores. Ela possibilita também maior rotatividade de investimento, de forma com que poupanças de diferentes partes do mundo se movimentem para outras localizações ao redor do globo. Mas não é só pela redução dos custos de transação que a tecnologia das transações é importante, pois é também nas informações que se encontram na Net que os investidores baseiam suas decisões. As transações online também possibilitam transações de forma mais direta, onde os investidores individuais e corretores contornam o uso de corretores tradicionais e firmas de investimento, podendo assim cortar intermediários e reduzir seus custos. Um último ponto quanto à tecnologia da informação é que os investidores reagem de forma mais rápida as mudanças no mercado pela disponibilidade de informações online, respondendo em tempo real às tendências mercadológicas.

Passando a analisar a empresa de forma mais ampla vamos falar brevemente sobre as empresas que trabalham em conjunto, as empresas em rede. Como novo modelo organizacional as empresas adotaram uma postura diferente, mais descentralizada, mais enxuta, estruturas mais horizontais de cooperação e competição e que coordenam suas metas para a firma como um todo. Essa nova estrutura da empresa possibilita que empresas pequenas e médias e suas redes subsidiárias se combinem para almejar projetos de maior escala, ou seja, essas redes de empresa têm maior flexibilidade e adaptabilidade que traduzem melhor a economia global presente, um mercado que vive um processo contínuo de

aceleradas transformações. Esse novo arranjo das empresas funciona da forma que elas se relacionem na órbita de um projeto a ser executado e constituam uma combinação das empresas e seus componentes para executar de melhor forma.

Não é de hoje que as empresas buscam inovações, e que a tecnologia faz parte da busca das empresas para agregar valores às mesmas. Na era da internet, dois elementos são essenciais para as inovações, o dos profissionais altamente qualificados com alta capacidade criativa e o das estruturas de redes de computadores.

Em resumo, seria que os mercados de capitais financiam inovações de alto risco na expectativa de produzir riqueza, dessa forma aumentando a produtividade, é uma economia de investimentos de risco, uma cultura de inovação.

4.5 Uso e relações sociais

Os usuários tendem a adaptar novas tecnologias para satisfazer seus interesses e desejos... Movimentos sociais de todo tipo, de grupos ambientais a ideologias extremistas de direita (p.ex. nazismo, racismo), tiraram proveito da flexibilidade da Net para divulgar suas idéias e articular-se através do país e do globo. O mundo social da internet é tão diverso e contraditório quanto a própria sociedade. (CASTELLS, 2003, p.48)

Essa frase, tirada do livro de Manuel Castells (2003), exprime a complexidade que é a sociedade formada na internet, formada por usuários de todo o tipo, em diferentes partes do mundo, diferentes ideologias, religião, usos da própria internet, um verdadeiro universo. Mas é possível de certa forma construir uma classificação dos usuários pela forma de acesso aos recursos da rede e suas aplicações

Castells (2003) classifica quatro grupos culturais que formam a internet. O primeiro grupo é aquele formado pelos primeiros usuários e construtores da internet, cientistas e acadêmicos que desenvolveram os primeiros modelos de comunicação via computadores e os utilizavam para trocar mensagens como o correio eletrônico e outras formas de comunicação. O segundo grupo é o dos hackers, aqueles que possuem conhecimento técnico avançado e com capacidade de criação de novas tecnologias, mas tendo, ao contrário do grupo que

constitui a net um comportamento onde prezam mais pela liberdade, no acesso à tecnologia e seu livre uso.

O terceiro grupo é o das diferentes redes sociais que constituem a internet, que se valem da comunicação horizontal e de conexões interativas. Eles também prezam o valor da liberdade na rede, mas, ao contrário dos hackers, adicionam sua vida social ao seu universo online. E o quarto grupo é o das empresas, que se agregam aos outros grupos na internet. A partir da década de 90 elas se deram conta do universo da internet, da quantidade de grupos sociais envolvidos e do potencial de abrangência que poderia ser alcançado pela rede. Esse maior interesse das empresas deu a elas um papel mais ativo nesse mundo virtual – a partir da criação de uma gama enorme de empresas do tipo pontocom e outras formas de atividades empresariais.

Voltando o foco ao grupo dos hackers, faremos uma correção quanto ao conceito comum. Normalmente a associação com o termo hackers é o daqueles indivíduos que invadem computadores e quebram códigos na internet. Esse tipo de associação é errônea, já que há um sentido bem diferente – eles são aqueles indivíduos que detêm um conhecimento técnico avançado na área de computadores, programadores em geral com liberdade de criação, criatividade, que tem uma cultura peculiar, tendo até um caráter “romântico”, por assim dizer, em relação à internet. Os crackers, por sua vez, seriam derivados da cultura hacker que se empenham em quebrar códigos, penetrar ilegalmente em redes e sistemas, espalhar vírus e criar caos na internet. São má fama aos hackers, na verdade são contra esse tipo de comportamento. Um hacker seria um cracker se tivesse esse impulso de “combater o sistema”, que seria o padrão da internet criada por governo e empresas, visando prejudicá-lo de alguma forma. Mesmo os crackers não usam de conhecimento técnico para fins pessoais como lucrar pela internet, eles o fazem pela tecnologia. Aqueles que se valem dos meios da tecnologia para aplicar golpes com fins lucrativos são chamados de criminosos virtuais.

Para ser um hacker é necessário ter um ímpeto individual para criar, independente do ambiente em que se encontra. Na internet, meio acadêmico etc. o hacker tem esse ímpeto da criação pelo fato de querer se destacar no ambiente que convive, de suas interações sócio-virtuais. Como a internet possui uma característica de hierarquia meritocrática, sistema que o mérito pessoal é responsável pela hierarquia, é na forma de desenvolvimento de softwares que se busca reconhecimento. Outro ponto importante a ser levantado na cultura hacker é que geralmente os hackers não divulgam seu nome verdadeiro, mas sim o nome usado na rede, uma espécie de *alter ego*. Além disso, as comunidades de

hackers não possuem encontros no mundo real, geralmente são feitos na própria rede de computadores.

Além da satisfação de alcançar status na sua comunidade, a alegria inerente à da criação foi muitas vezes identificada como um atributo da cultura hacker. Ela se aproxima do mundo da arte e do impulso psicológico de criar... Eles não dependem de instituições para sua existência intelectual, mas dependem, efetivamente, de sua comunidade autodefinida, construída em torno da rede de computadores. **(CASTELLS, 2003, p.43)**

São identificadas no livro galáxia da internet (CASTELLS, 1999) duas características fundamentais comuns na internet. A primeira é o valor da comunicação livre, horizontal, que é praticada desde os primeiros estágios da rede, assim um valor intrínseco ao uso da internet. Dessa forma os usuários da rede interpretam que a censura dos conglomerados de mídia e governo burocráticos é contrária à comunicação livre e procuram um caminho para contorná-la.

A outra característica seria a formação autônoma de redes, que seria aquele usuário que, não encontrando o que procura na net, acaba criando uma nova rede por criar e divulgar sua própria informação, como a publicação autônoma, que acaba por difundir a net por todo o domínio social. Um exemplo que podemos dar seria a da formação de blogs, que possuem um caráter individual, mas que abrangem de forma específica determinado assunto, na forma de uma opinião, avaliação.

Nesse aspecto de liberdade e uso dentro da internet, Stallman, criador da FSF (*Free Software Foundation*), defende que as criações dos hackers fiquem fora do ambiente do governo e corporações, do direito dos programadores aos produtos de seu trabalho, pois acredita que o processo de criatividade dos *hackers*, de seu caráter de criação coletiva, com liberdade, forma um produto final muito melhor.

Quanto às inovações na internet, é através do capital que surge o ambiente propício ao aparecimento delas, devido ao investimento em tecnologia e pesquisa, na busca por novos produtos.

Castells (2003) considera três fatores elementares para o surgimento de inovações. O primeiro fator seria a criação de novos conhecimentos, na ciência, tecnologia e administração, sendo dependente tanto no âmbito privado ou público de pesquisa. O segundo seria do staff técnico, de profissionais dotados de capacidade e criatividade. O terceiro fator é

da existência de empresários capazes e dispostos em assumir novos projetos (empreendimento), dependendo da cultura empresarial e com a abertura das instituições presentes.

Algumas empresas, que tem uma visão interessante quanto ao mercado de produtos que são oferecidos livremente na internet, adaptam-se de uma nova forma para obtenção de retorno financeiro, como a IBM, desenvolvendo produtos de boa compatibilidade e melhor funcionamento com produtos que possuem a fonte aberta, programas livres. E ainda auferindo lucros em serviços ligados a estes produtos, como a customização e projetando aplicações aos mesmos.

Outro ponto muito importante que é descrito trata da geografia que a internet assume. Mesmo que ela se potencialize no mundo virtual (com manifestações no mundo real) a disposição de usuários não é exatamente uniforme ao redor do globo. A concentração de usuários é grande em países que dispõem de infra-estrutura, educação e penetrabilidade da internet em sua sociedade.

Podemos analisar essa geografia de três perspectivas, a primeira quanto à geografia técnica, a segunda por sua distribuição espacial e por fim quanto a geografia econômica.

A primeira perspectiva, da geografia técnica, se refere ao aspecto de infra-estrutura disponível para os usuários. Cabeamentos, serviços disponíveis, acesso a banda larga pela população. Países como a Noruega possuem uma penetração próxima de 100% de banda larga de internet, sendo a linha da internet oferecida com a linha de telefone. Na Coreia do Sul, a infra-estrutura da internet é impressionante, com alta penetrabilidade na população e conectividade média de 10 megabytes/segundo.

A segunda perspectiva diz respeito à geografia dos usuários, sua disposição pelo globo e a da taxa de penetrabilidade que a internet alcança na sociedade – já que depende não só de infra-estrutura, mas também de educação e instrução. Em comparação entre meio urbano e meio rural, há uma grande defasagem entre elas. Acreditava-se que a internet permearia todos os cantos de um país, independentemente de sua geografia, mas na verdade faltam ainda recursos técnicos e viabilidade financeira que possibilitem essa realidade. Sendo assim, o uso da internet ocorre de maneira mais antecipada e intensificada pelos centros, agregando ao aspecto cultural a utilização da internet.

“O uso da internet está se difundindo rapidamente, mas essa difusão segue um padrão espacial que fragmenta sua geografia segundo riqueza, tecnologia e poder: é a nova geografia do desenvolvimento”. (CASTELLS, 2003, p.170)

Por fim, quanto ao aspecto da geografia econômica da sua produção. Se analisarmos o setor da internet e as características que afetam a economia, podemos exemplificar de forma como se fosse importação e exportação de conteúdo – já que a informação é o grande produto da Era da informação.

Os grandes países produtores de conteúdo são aqueles em que se tem maior infraestrutura da internet – em que ela tem permeabilidade educacional e cultural. O grande líder hoje de produção de conteúdo é sem dúvida os EUA, seguido de longe por Grã-Bretanha e Alemanha, e em terceira linha Canadá, Coreia do Sul e França. Podemos partir de algumas formas como essa dominância ocorre, quanto aos números de domínios que cada país possui, ou quanto ao número de empresas que estabelecem sede física em alguma parte do globo (como a sede da amazon.com em Seattle).

Partindo desse ponto podemos concluir que a produção da internet é concentrada. Isso em parte pelo fato que nos anos 90 e até hoje, as sedes das empresas que se voltam parcialmente ou integralmente para a internet, são estabelecidas perto de centros financeiros, como em *Wall Street*, da visão de potencial por investidores que apostaram (e ainda apostam) na internet como fonte de ampliação de seu capital. Outro lado dessa concentração é quanto à produtividade e consumo de informação. Países como Brasil e grande parte da Europa são em seu papel na rede quase que consumidores exclusivamente.

No entanto, em geral, há forte correlação entre a predominância metropolitana e a adoção precoce do uso da internet. Assim, a difusão da internet avança desigualmente no tempo e no espaço por camadas sucessivas de incorporação que poderão se refletir numa diversidade de geografias sociais no futuro. (CASTELLS, 2003, p. 174)

Não somente em escala de países, a concentração também se apresenta, como no caso dos EUA, de uma estrutura de produção concentrada em poucas cidades, como Nova Iorque, Los Angeles, São Francisco, Seattle e Washington.

A explicação dessa concentração (entre países e em seu interior) pode ser explicado como consequência de 3 fatores. O primeiro seria da produção e da organização que ocorre em seu entorno, como serviços de finanças, mídia, educação, saúde, tecnologia, entretenimento, entre outros. Assim, a configuração espacial da internet acompanha não a distribuição da população, mas a concentração metropolitana da economia da informação.

O segundo fator ocorre pela característica que as empresas firmam a sua localização com ambientes preexistentes de inovação tecnológica. Elas buscam nesse ambiente bases que geraram conhecimento, um *know-how* para o desenvolvimento de novas tecnologias. Citando como exemplo a fama de São Francisco em excelência na área de design, ou Nova York como especialidade em mídia e marketing. E em terceiro lugar o tema que já foi debatido, da ligação que ocorre com o capital de risco, que em grande parte é concentrado em poucas regiões.

5 DA PIRATARIA

Ao longo do trabalho foram apresentadas algumas versões do que seria a pirataria. Para facilitar o entendimento da atividade, neste capítulo a classificaremos em três tipos: a pirataria clássica, que remete aos tempos mais antigos, das práticas que envolviam embarcações e violência física; a contemporânea, que seria a atividade como a conhecemos hoje, envolvendo contrabando, produtos contrafeitos – ou seja, todos aqueles dispostos de forma ilegal no mercado; e uma última versão, na verdade uma subdivisão do segundo tipo, que seria a pirataria virtual, aquela aplicada aos produtos inteiramente digitalizados, como músicas, softwares etc.

A pirataria clássica, apesar de ter atingido seu auge nos períodos de expansão mercantilistas, ainda se mostra presente – embora não tanto, claro, quanto a pirataria contemporânea. Temos registrados alguns casos de pirataria clássica em portos brasileiros – grupos que abordam navios ancorados. Em águas internacionais, podemos citar casos de repercussão internacional, como a captura de um navio ucraniano por somalis, com carga de 33 tanques e armamentos militares, e também, na mesma região, a captura de um petroleiro carregado com US\$ 100 milhões petróleo – o que obrigou a ONU a estabelecer um patrulhamento na costa somaliana.

A pirataria contemporânea e atividades relacionadas, como o contrabando, o descaminho e a falsificação, são atividades lucrativas e atuam sobre uma gama enorme de produtos. Explicando a diferença entre contrabando e descaminho:

Os delitos de **contrabando** e **descaminho** estão tipificados no artigo 334 do Código Penal, mas ambos não se confundem, pois, enquanto o contrabando é importar ou exportar mercadoria proibida, o descaminho é, por sua vez, iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria. (PONTAROLLI, 2009).

A pirataria abrange todos os tipos de produtos, de cigarros falsificados, mídias como CDs e DVDs, bolsas e até mesmo de agrotóxicos, apresentando um enorme risco à saúde dos consumidores.

À medida que o mundo encolhe e as pessoas viajam mais rápido, notamos uma enormidade de produtos vindos de longe, como os *Made in China, Taiwan, Vietnam* ou, mesmo, de procedência desconhecida. Na internet vemos sites dos mais variados tipos, com

produtos dos mais diversos sendo oferecidos de todas as formas, como *spams* que invadem nossos e-mails ou anúncios que não param de piscar em nossa tela. Nem sempre notamos a procedência de toda essa gama de produtos piratas.

5.1 Pirataria clássica e pirataria moderna

Como dito no capítulo um sobre a pirataria nos moldes clássicos, hoje em dia os três cenários propícios (parasítico, episódico e intrínseco, retomados abaixo) para o aparecimento da atividade estão presentes, pois a economia gira de uma maneira sem precedentes, há um universo muito mais complexo que anteriormente.

Dos anos em que a pirataria se apresentava na forma essencialmente marítima, com embarcações e tripulantes, que remontam a tempos antigos (exceto pelos não tão numerosos casos de pirataria clássica hoje), houve muitas mudanças. Hoje a pirataria conta com uma estrutura muito diferente dos tempos da segunda expansão comercial europeia, dos tempos do mercantilismo. Ela evoluiu com o comércio, com a economia e com a tecnologia.

Nos períodos da pirataria clássica, quem geralmente participava de prática eram aqueles indivíduos que viviam à margem da sociedade, em busca de alternativas à pobreza. Hoje a complexidade das atividades piratas envolve uma gama maior de agentes, já que a cadeia das atividades piratas contemporâneas é muito elaborada.

Em comparação com a classificação quanto à origem, podemos aplicar os conceitos de pirataria parasítica, episódica e intrínseca atualmente. No caso da pirataria parasítica, que floresce justamente com o crescimento do comércio, podemos dizer que é o tipo que mais ganhou força, devido aos efeitos da globalização – redução de barreiras comerciais e tarifárias, dos custos de transporte etc. Graças ao avanço do comércio, a pirataria chega, nos últimos anos, a números sem precedentes, a uma complexidade maior de sua estrutura e a uma posição de destaque.

A pirataria intrínseca (a aliança de piratas com um Estado que os legitime, apóie suas atividades) também está presente nos dias atuais. Tome-se o exemplo chinês. Não muito tempo atrás, a China era conhecida como produtora de artigos de baixa qualidade, em muitos casos a cópia de bens conhecidos no mundo todo. Ainda hoje existem muitos produtos chineses de origem duvidosa. O difícil é identificar qual parte da produção chinesa – já que as fábricas de companhias multinacionais se instalam no país para aproveitar o baixo custo de

mão-de-obra – faz parte do processo de pirataria. Dificulta esta distinção o fato de que produtos piratas são apoiados pelo governo. A Ford, por exemplo, entrou com uma ação na OMC pelo fato de uma montadora chinesa ter lançado um carro idêntico a um projeto de suas instalações.

A pirataria intrínseca, no entanto, demonstra a história, é absorvida pelo Estado, virando parte de sua força ou, ao contrário, sendo excluídas desse processo de formação. No caso da China, porém, percebe-se um Estado consolidado que ganha cada vez mais credibilidade no mercado internacional. Isso por ingressar na OMC, procurando mudar características de sua produção e produtos, como investimentos em design, criação e fortalecimento de marcas nacionais. Ainda hoje, contudo, há notícias que remontam à ligação entre o Estado chinês e fábricas que falsificam produtos.

O último caso de pirataria, a episódica, pode ser aplicado ao caso russo. Trata-se da ruptura de padrões estabelecido de troca, dando origem à atividade ilegal. As mudanças dos padrões de troca ocorrem pelo desmantelamento da União Soviética, sua fragmentação em Estados nacionais menores e, principalmente, o falecimento do regime socialista. A tentativa da *perestroika* russa foi a de buscar melhorias econômicas de curto prazo, mas essa política econômica não foi de fato traduzida em melhoria da economia e da renda de sua população, fazendo com que parte dessa migrasse para atividades ilegais em busca de subsistência. Nesse caso se incluem vários tipos de atividades ilícitas, como falsificação de softwares, tráfico ilegal de grande quantidade de armamento, de drogas e até mesmo de pessoas (prostituição e escravidão).

Essa classificação quanto às origens da pirataria pode ser aplicada a vários casos em países menores, mas, para efeitos de demonstração, buscamos os exemplos hoje mais encontrados nos meios de comunicação.

Voltando à comparação histórica, outro ponto importante é quanto à dificuldade de se estabelecer um poder de controle que ultrapasse as barreiras nacionais. No caso do período do mercantilismo, as atividades que ultrapassavam as delimitações das unidades nacionais (ou seja, que assumiam uma forma internacional) eram, expressivamente, de produtos comercializados, e, em menor escala, de pessoas. De certa forma, era fácil identificar as atividades ilícitas, enquanto, atualmente, essa identificação é bem mais complexa, pois envolve não só a parte de comercialização de produtos ilegais mas também sua produção no interior dos países.

O que se coloca aqui é a dificuldade de estabelecer um controle extraterritorial, dificuldade encontrada tanto no passado como hoje, de uma autoridade que seja aceita por

todos os Estados de forma a acompanhar a evolução dos movimentos comerciais – e, ainda, de forma a interferir na produção de países que violam leis como a de propriedade intelectual e padrões de qualidade.

Da classificação quanto aos tipos de piratas, como os corsários e os freebooters, ela também segue aplicável – embora não tenha relevância – na pirataria contemporânea. Na pirataria praticada hoje, a estrutura não corresponde somente à comercialização, mas a toda uma fase de produção de artigos e uma distribuição muito mais complexa, surgindo elementos muitos diversos daqueles dos tempos mercantilistas.

Hoje em dia, o ambiente globalizado acirra a competição nacional, de forma que, a despeito das transnacionais, os países buscam incentivar de alguma forma sua indústria, sua produção nacional. Em alguns casos, meios legais nem sempre são utilizados, como no uso de espionagem industrial, venda de material no mercado negro etc. Isso faz com que o aspecto da fidelidade de um grupo de indivíduos a uma nação assumam em alguns casos uma fidelidade à determinada empresa, ou mesmo ao lucro pessoal.

5.2 A globalização e a pirataria

A pirataria, assim como a globalização, vem ganhando destaque na mídia a partir da preocupação de órgãos jurídicos – tanto em escala nacional quanto internacional. Foi somente em 2000 que os EUA, no aspecto contra falsificações, aprimorou sua lei contra esse tipo de infração, incluindo punições para crimes que infringem a propriedade intelectual. Essa preocupação ganha corpo à medida em que os crimes ligados à pirataria são percebidos em toda a parte, começando a aparecer na forma de grandes redes e grupos criminosos internacionais.

O nível de trato jurídico a respeito da pirataria aumentou, pois a prática envolve conflito com os órgãos legítimos estabelecidos e desregula a ordem financeira. Envolve corrupções nas mais diferentes escalas, desde oficiais de postos alfandegários até o topo hierárquico jurídico. Destaque-se também do uso da violência para coerção, exploração de trabalhadores e muitas outras infrações graves.

A combinação infinita de possibilidades para armazenamento, transporte, investimentos bancários, transferências eletrônicas, provedores de telefonia celular, endereços eletrônicos, softwares de criptografia, documentos e marketing de empresas-fantasma para os

consumidores em todo o mundo expandem as possibilidades do crime organizado. (NAIM, 2005, p.35)

Da integração econômica dos países, surgem facilidades de se remover os obstáculos ao movimento de mercadorias entre eles.

“As restrições fiscais tornaram-se o supremo valor de julgamento do desempenho de um governo.” (NAIM, 2005, p.24)

As inúmeras possibilidades de comercializar produtos via portos gera dificuldades de fiscalização, já que na prática é impossível controlar todos os contêineres. O mesmo se dá com fronteiras, por exemplo aquelas entre EUA e México, onde não são fiscalizados todos os veículos, dadas as imensas filas que isso poderia gerar. Os bens congestionados em fronteiras mostram que a integração econômica ocorre de forma muito mais rápida do que a integração política.

A pirataria como conhecemos hoje é, como a globalização, um processo em aceleração, justamente por compartilhar das forças que a movem. Como numa espécie de “vácuo” da globalização, um caminho à sua sombra. Elas se valem dos mesmos canais de circulação. Se analisarmos os motores da globalização – o capital, a gestão e a tecnologia – veremos que servem perfeitamente de combustível também para a pirataria.

Das barreiras nacionais:

Para os criminosos, as fronteiras criam oportunidades de negócios e escudos convenientes; no entanto, para os funcionários do governo que os caçam, as fronteiras são frequentemente obstáculos intransponíveis. Os privilégios da soberania nacional transformaram-se em fardos e limitações para os governos. Devido a essa assimetria, no confronto global entre governos e criminosos, os governos sistematicamente acabam perdendo. Em toda a parte. (NAIM, 2005, p.18)

O mercado de capitais atinge tamanho e velocidade assombrosos pela aceleração das transações frente os países e pela forma com que são processadas as transações da internet, como explicado no capítulo três. O dinheiro vindo de atividades ilegais de todo o tipo encontra na liberalização financeira um forte aliado para suas atividades. Primeiramente nas

oportunidades de investimento do lucro que surgem dessas atividades, e depois, na forma de aproveitamento da flexibilidade do mercado para movimentar essas somas.

A lavagem de dinheiro nunca foi tão fácil, a própria característica do papel moeda como meio de troca não carrega a marca – neste caso corruptiva – da atividade que a gerou. Apesar das maneiras sofisticadas do rastreamento de dinheiro, os mercados são abertos para os capitais de fora, pela busca de dinheiro estrangeiro, como, por exemplo, o caso (ainda não totalmente comprovado) de lavagem de dinheiro sujo russo no futebol inglês. Outra forma seria a de investimentos financeiros, dos mercados de ações, dos bancos que muitas vezes são tentados a capitalizar grandes quantias de origem duvidosa.

Estima-se que, hoje, a soma do capital voltado para o comércio ilegal represente de 5% a 10% do PIB mundial (NAIM, 2005). Isso equivale à participação do PIB australiano no comércio planetário. Essa enorme soma de dinheiro que circula no mundo, na forma de várias operações e seus lucros, além de já ter sido incorporada à circulação econômica formal, finca também raízes nos países. O crime organizado se utiliza de poder monetário para estabelecer bases ao redor do globo, principalmente em Estados com estrutura fraca e permissiva a atividades ilegais.

A gestão também contribui enormemente para a evolução e disseminação das empresas piratas, provendo inovações, aumento de eficiência, retornos financeiros maiores e, ainda, uma estrutura descentralizada que dificulte a ação dos Estados em combater as atividades ilegais.

As empresas multinacionais buscaram uma melhor estrutura para se adaptar ao comércio mundial. Utilizaram formas como a descentralização de hierarquias, negócios mais horizontais e especialização ao longo da cadeia produtiva. Os negócios piratas também se beneficiaram dessa nova estrutura. À medida que a multinacional se especializa ao longo da cadeia, os grupos que produzem artigos contrafeitos fazem o mesmo. Por exemplo, uma parte da estrutura se especializa em armazenamento e distribuição, outra em aplicação de marketing, outra, ainda, em comunicação entre diferentes partes do negócio e assim por diante.

A atividade ilícita conta muito, atualmente, com a mão-de-obra especializada, utilizada previamente por outras atividades ilegais, como o narcotráfico, onde se encontram trabalhadores qualificados e experientes – em áreas de transporte de mercadorias e distribuição, especializadas em evitar fiscalizações alfandegárias. Esse trabalho acaba por se tornar uma força tão especializada na sua atividade que quase não importa o tipo de produto que transportem, se armas ou produtos falsificados.

Sendo outro dos motores da globalização, a tecnologia também é responsável em parte por impulsionar a pirataria. Várias inovações são aplicadas a este universo. Inovações em transporte, possibilitando que uma mercadoria, de forma ilegal ou não, seja rastreada pelo proprietário ao longo do seu percurso. No caso de apreensão do produto será difícil associá-lo ao portador, pois o verdadeiro dono não estará presente. Muitas vezes, o produto nem mesmo pertence ao país onde foi apreendido.

A tecnologia também é responsável por toda uma série nova de produtos, de eletrônicos a drogas sintéticas. Ela também expande a capacidade de meios de reprodução, possibilitando cópias cada vez mais parecidas com os produtos originais.

Toda essa estrutura de que dispõe o crime global se mistura ao mercado legítimo. Os produtos piratas competem com os originais nas prateleiras.

Analisando de um ponto político descolado do econômico, aponte-se o que coloca Hobsbawn (2000) e também sustenta Naim (2005), autor do que segue: “O acúmulo de bens em postos de fronteiras congestionadas mostra claramente que os mercados integraram com mais rapidez que os sistemas políticos”. Essa característica está presente desde os tempos das atividades comerciais dos períodos mercantilistas, discutido anteriormente, da dificuldade de regulação dos espaços nacionais e transposição de fronteiras.

Mas o que existe de diferente hoje é que a estrutura de poder de alguns Estados nacionais é influenciada pela das organizações piratas, análogas ao auge do ciclo do tráfico de drogas. Não só pela corrupção em si, mas também por integrar partidos políticos de forma legítima. Como exemplo, cite-se o surgimento de partidos políticos europeus que defendem a violação dos direitos intelectuais.

5.3 Os processos de virtualização e a pirataria

Fazendo a ligação entre os processos de virtualização e a pirataria, podemos remontar ao conceito da tecnologia, que seria “o conjunto dos processos relativos a uma determinada arte ou indústria” (MICHAELIS). Essa característica descrita como própria da indústria já vai sendo transformada à medida que os processos tecnológicos de produção vão sendo difundidos, deixando de ser exclusivos.

Isso se deu graças a um estímulo dos fabricantes. Buscando novos mercados, as indústrias de reprodução partilharam de tecnologia e know-how. Também pela

especialização, sofreram para agregar maior valor a suas marcas – a partir de atividades mais lucrativas, como criação de marketing e design, terceirização da produção física para empresas em diferentes localidades do globo. Isso tornou a tarefa de cópia dos produtos comercializáveis muito mais fácil.

É desse ponto que – deslocando o tema que coloca Harvey (1999) sobre a globalização – que surge a diferença entre a tecnologia passada e a de hoje. A última fase tecnológica tem a capacidade de ser transmitida muito facilmente, tanto no interior de um país como para fora dele.

É dessa atividade que surgem o trabalho intelectual, a agregação de valor de marcas e patentes, processos de virtualização e a incorporação de trabalho em softwares. É nesse tipo de trabalho que as grandes indústrias focam, hoje, seus esforços – seja no desenvolvimento de produtos, como softwares variados, ou na incorporação de valores a produtos físicos, como na criação de uma marca de roupa, ou, ainda, no processo de marketing.

É em defesa desse tipo de trabalho que surge a lei de propriedade intelectual. A propriedade intelectual é aplicada a todas as ideias originais que podem ser exploradas na forma de um bem ou serviço. Três são os instrumentos que regem o uso intelectual:

“Marcas registradas abrangem palavras, imagens e símbolos usados para identificar ou distinguir um produto ou uma empresa; patentes referem-se a invenções; e direitos autorais protegem obras de literatura, artes plásticas, músicas e softwares.” (NAIM, 2005, p.111)

Praticamente todos os países possuem lei ou conjunto de leis que defendem a propriedade intelectual, mas nem todos têm o mesmo empenho, a mesma estrutura ou o mesmo interesse para aplicá-las.

Até mesmo manifestações públicas são feitas a favor de sites que compartilham de arquivos que violam os direitos autorais – como no caso do site sueco Pirate Bay. Ainda são criados partidos políticos defendendo o interesse da livre transmissão de dados.

5.4 A internet e a pirataria

A pirataria na internet ganha uma nova face. O mundo virtual é um ambiente rico em informações, principalmente em opiniões. As culturas dos criadores da internet visava um potencial livre de comunicação, uma estrutura descentralizada (ainda que necessitando de *backbones*). Essa estrutura permite que várias maneiras diferentes de transferência de dados ocorram pela rede.

Das transferências de dados que ocorrem de um provedor central, de uma estrutura mais centralizada, podemos citar as páginas na internet que armazenam dados em suas estruturas físicas, do tipo cliente-servidor. Um nível mais descentralizado de transferência de dados ocorre na forma de arquivos *peer-to-peer* (p2p; em português, de par a par), que seriam as transferências de arquivos entre computadores pessoais.

Assim é transmitida grande parte dos arquivos que violam os direitos de reprodução e a propriedade intelectual. Pois existe pouca atribuição de culpa aos indivíduos que consomem esses produtos.

Nas tentativas de repressão ao uso pelos diferentes órgãos encarregados – como punição da criação de programas que compartilham essencialmente arquivos de forma ilegal, o desativamento de *links* que contêm conteúdo transmitido de forma ilegal – os usuários e programadores encontram novas soluções para que esses arquivos circulem livremente.

O primeiro programa de transmissão de arquivos na forma p2p foi o famoso Napster. Possibilitava a troca de arquivos entre computadores pessoais, mas para o funcionamento operacional necessitava de uma central que organizasse as informações. Quando o Napster foi desativado por meio judicial em 2001, outros tipos de programas, como o Kazaa, ocuparam esse papel das trocas. Mas dessa vez com uma estrutura que não necessita rede central: cada usuário é ao mesmo tempo cliente e servidor. E não parou por aí. Até hoje são elaboradas novas formas de comunicação (como *torrents*), cada vez mais descentralizadas, possibilitando a transferência de arquivos entre computadores pessoais, tornando praticamente impossível o impedimento da troca de arquivos.

Alguns programas e sites que promovem a circulação de arquivos têm uma motivação financeira por trás dessas transferências. Por exemplo, sites que distribuem arquivos de forma ilícita possuem banners virtuais, na forma de propaganda. Quanto maior o número de entradas esse site acumula, maior sua visibilidade na net, dessa forma agregando valor. Os

donos desses, sites por sua vez, não hospedam estes arquivos, mas sim oferecem *links* ligados a eles, contornando a responsabilidade da transferência.

O site Pirate Bay é um exemplo de último nível dessa transferência: possui cerca de 22 milhões de usuários e hoje seus quatro fundadores respondem a muitos processos na justiça. Inclusive estão recorrendo à multa e à pena de um ano de prisão.

Mas não se trata só de motivação financeira. Os *crackers* são motivados por conflitar o sistema para ganhar reconhecimento nesse universo através de suas habilidades. Por exemplo, quando um programa é lançado e possui uma nova ferramenta contra cópia ou contra o uso indevido por determinada empresa, ocorre uma verdadeira corrida para ver quem consegue “quebrar” o código.

A polícia federal brasileira estima que, em cerca de 10 anos, os crimes ligados à internet – em todas as suas formas, de roubo de senhas a pirataria – serão responsáveis por 90% dos crimes apurados.

5.5 Frentes de Combate

Graças às estruturas de produção e de custos menores que um negócio legítimo – que gastam em impostos, padronização da produção, qualidade, construção da marca e marketing de produtos – os produtos piratas vão ganhando muito mercado. No caso dos produtos virtuais, há ainda o fato de que a qualidade não é inferior a dos produtos oferecidos originalmente.

A presença de produtos piratas em um mercado legal configura uma competição desleal, acarretando prejuízos ao governo (por não recolher de forma devida os impostos), às empresas e suas estruturas, afetando alguns segmentos da cadeia de forma mais violenta, e também lesando os consumidores, por apresentar alguns produtos perigosos ao consumidor.

Uma empresa que possui responsabilidade social paga grande soma de tributos, de encargos devido ao trabalho devidamente remunerado, às atividades de inspeção de seus produtos. Assim, qualquer etapa que se pule já constitui uma diminuição dos custos, fazendo com que todos os produtos sejam passíveis de pirataria.

O combate à pirataria pelo Ministério Público Brasileiro se dá em três frentes. A primeira é através da repressão, com medidas punitivas a todas às atividades que de alguma forma violam as leis de propriedade intelectual e das outras atividades relacionadas à

pirataria. A segunda frente seria a de redução tarifária, na redução de impostos incidentes sobre produtos que sofrem muito com a pirataria. Podemos citar um caso de sucesso que foi a redução de impostos sobre computadores, fazendo com que a competitividade desses fosse maior em relação aos provenientes do Paraguai, de procedência desconhecida. Essa redução fez com que os preços fossem quase que equiparados, aumentando o acesso a um produto original.

A última frente é a da educação, um processo de conscientização cultural. A pirataria como crime é socialmente aceita, ainda mais em uma sociedade exposta a tantos tipos de irregularidades como o Brasil. Mas esse processo de conscientização deve ser feito de forma a alertar os consumidores quanto ao risco dos produtos piratas e às conseqüências que estes causam à sociedade e ao governo como um todo.

6 CONCLUSÃO

Por envolver as esferas econômicas, sociais e políticas de uma diferente maneira, a pirataria é um tema deveras complexo. Pessoalmente, acho que a escolha por produtos piratas é o caminho mais curto, causando perdas a um longo prazo, sendo assim contra a pirataria – mas, em contraponto, sou a favor do desenvolvimento de softwares livres como Linux e OpenOffice.

A pirataria tem um potencial muito negativo para o as esferas em que atua, principalmente no mercado, ela não só afeta empresas como um todo mas também os trabalhadores. A pirataria, na minha opinião, se alastra mais facilmente nos mercados subdesenvolvidos, em que há menor consciência (e também menor acessibilidade) dos consumidores. Em mercados mais maduros, com estrutura governamental equilibrada e custos não tão pesados às empresas, há uma gama de produtos muito mais interessantes ao público.

Uma das mudanças que a pirataria causa no sistema capitalista é que o movimento tecnológico se voltou contra as empresas que o iniciaram. Uma saída para essa situação pode ser a mudança de sistema, ou mais provavelmente, como o capitalismo se adaptará de forma a lucrar com as atividades – seja através de novos produtos e serviços agregados ao mundo virtual ou do uso de tecnologias que dificultarão a pirataria, como o *cloud computing*.

Do combate à pirataria, todas as frentes de combate são válidas, em especial a que trata do papel participativo do Estado e das indústrias, promovendo maior acesso e competitividade dos produtos dispostos legalmente.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Sidney. **A nova lei de direito autoral brasileira anotada: lei n.9.610 de 19/02/98**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998. 236p.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 243p

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 698p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HOBBSBAWN, Eric. **O novo século: entrevista a Antônio Polito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 175p.\

KEEN, Andrew. **O Culto do Amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores/ Andrew Kenn; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. Ed., 2009. 207p.

KORIN, Anne; LUFT, Gal. **Terrorism goes to sea, 2004**. Disponível em:

<<http://www.foreignaffairs.org/20041101faessay83606/gal-luft-anne-korin/terrorism-goes-to-sea.html>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2008.

MARQUES, Ivan da Costa; CARVALHO NETO, Antonio. **O Brasil e a abertura dos mercados: o trabalho em questão**. São Paulo: ABET, 1998. v. 10

MICHAELIS. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2006.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **O futuro perfeito: os desafios e as armadilhas da globalização**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 419p

NAIM, Moisés. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Moisés Naim; Tradução Sérgio Lopez – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2006. 337p.

PASTORE, José. et al. Pirataria moderna. Revista Indústria Brasileira. Brasília v. 2, n. 18, p. 7-23, maio 2002.

PENNELL, C. R. **Bandits at sea: a pirates reader**. New York: New York University Press, 2001. 351p.

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 711p.

PONTAROLLI, André. **Descaminho e insignificância penal**. Disponível em:
<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2654/Descaminho-e-insignificancia-penal>>
Acesso em: 04 de junho de 2009.

WIKIPEDIA. **Globalization**. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/globalization>>
Acesso em: 24 de Maio de 2009.

WIKIPEDIA. **P2P**. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/P2P>> Acesso em: 07 de junho de 2009.